

# novas da galiza

número 25

## Máquinas de lavar dinheiro

**BNG veta Orçamentos Gerais do Estado**

**Junta quer vulnerar protocolo de Quioto**

**Somente nacionalismo contesta planos da SEPI**

**CIG denuncia campanha de Greenpeace**

**Deslocalizações poderão destruir 12.000 empregos na Galiza**

**Agravamento da perseguição política em Sada**

*"As mobilizações contra a Câmara som dirigidas pola própria empresa, nom por trabalhadores de ENCE"*

Miguel A. Fernández Lores, presidente da Câmara Municipal de Ponte Vedra

**Venezuela, umha nova esperança**

por J. A. Corral Iglesias

Redacção

O obscuro mundo do negócio do jogo nom limita os seus interesses na Galiza a casinos, hotéis ou ao ganho das famosas "slot-machine", essas máquinas conhecidas popularmente como "tragaperras", que tantas famílias temem levado à ruína. Algumas empresas muito conhecidas deste sector, como Cirsa ou Recreativos Franco, están a ser investigadas em vários países, e continuam a usar a nossa terra para branquear importantes quantias de dinheiro de procedência muito duvidosa. No Estado espanhol, pesquisas do juiz Baltasar Garzón também temem atingido responsáveis por estas firmas, sem ter ousado o magistrado, no entanto, chegar ao fundo desta trama, que poderia salpicar o próprio PSOE.

PÁGINA 8



## Centros sociais proliferaram na Galiza

*Atreu e a Esmorga abrem as portas na Corunha e Ourense*



Redacção

Se a Gentilha do Pichel, como já foi anunciado, abrirá as portas do seu local social no próximo mês de Fevereiro na capital galega, sete das oito cidades do País contarán já com espaço físico para a promoção da língua e da cultura nacionais. Mas estas iniciativas cidadás nom som apenas o lugar de encontro de muitos vizinhos e vizinhas das nossas urbes; som, também, a porta aberta ao espalhamento por toda a Galiza de um projecto que nom deixa de receber o suporte de numerosos colectivos sociais e culturais.

PÁGINA 6

## Análise de Carlos Taibo: "Constituição sem Povo"

Redacção

A menos de dous meses do prometido referendo da Constituição Europeia, NOVAS DA GALIZA publica neste número a primeira parte de umha interessante análise da carta constitucional do prestigioso especialista em política internacional Carlos Taibo. O autor, mesmo reconhecendo que ao redor deste processo nom deve esperar-se um debate franco e aberto, debruça-se sobre a génese e a letra do texto, ao qual a propaganda oficial reservou o cometido de resolver os problemas que ainda nom solucionáram as constituições dos Estados-membro

PÁGINA 10

**Editora:** Minho Media S.L.

**Director:** Ramon Gonçalves

**Redactor-chefe:** Carlos Barros G.

**Conselho de Redacção:** Marta Salgueiro, Antom Santos, Antón Álvarez, Ivám García, Alonso Vidal, Xiana Árias, Sole Rei

**Colaboradores:** Maurício Castro, Inácio Gomes, Davide Loimil, João Carlos Ánsia, Santiago Alba Rico, Kiko Neves, José R. Pichel, Ramon Pinheiro, Carlos Taibo, Ignacio Ramonet, Ramón Chao, Germán Hermida, João Aveledo, Adela Figueroa e Carlos Taibo

**Fotografia:** Arquivo NGZ

**Humor Gráfico:** Suso Sanmartín, Pepe Carreiro, Pestinho +1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo Vilas, Aduaneiros sem fronteiras

**Publicidade:** 639 146 523

**Correcção lingüística:** Eduardo Sanches Maragoto

**Imagem Corporativa:** Paulo Rico

**Desenho gráfico e maquetación:** Miguel García e Carlos Barros

**NOVAS DA GALIZA**  
Apartado 1069  
27080 Lugo - Galiza  
Tel: 639 146 523  
novasgz@novasgz.com

*As opiniões expressas nos artigos não representam necessariamente a posição do periódico. Os artigos são de livre reprodução respeitando a ortografia e citando procedência. É proibido outro tipo de reprodução sem autorização expressa do grupo editor.*

*A informação continua periodicamente no portal [www.galizalivre.org](http://www.galizalivre.org)*

**Fecho de Edição:** 15.12.04

## Bater na mesma pedra

*Xaquín Rubido, biólogo*

Já passaram dois anos desde a catástrofe do Prestige e a pergunta que nos fazemos continua a ser a mesma: se voltasse a acontecer agora um acidente semelhante, que se passaria? Foram tomadas as medidas de prevenção e de protecção necessárias para ficarem protegidas as nossas costas?

Existe um axioma básico que diz respeito à segurança ambiental que afirma que se queremos enfrentar um determinado risco, devemos dotar-nos dos meios de protecção necessários, devendo ser esses meios quantitativa e qualitativamente proporcionais à importância e à frequência com que se apresenta o risco.

Hoje -dous anos depois- já possuímos o Primeiro Plano de Contingências por poluição marinha das rias galegas, elaborado pela Conselheria da Pesca e Assuntos Marítimos. Mas este plano apresenta um "pequeno" problema: ainda não dispomos de meios materiais avondo nem dotação de pessoal especializado, e a base logística onde se vai armazenar o material está por construir. Em resumo, trata-se de um artefacto burocrático-propagandístico que nasceu -há um ano- com o Decreto 438/2003 como Plano Básico de Contingências, e com o compromisso explícito de realizar exercícios de treinamento cada três meses, mas por enquanto não foi feito nem o primeiro. Os rebocadores continuam a ser os mesmos de há dois anos -tam velhos e tam privados como entom-, tanto os de SASEMAR como os da Junta; as únicas novidades são dois barcos rebocadores polivalentes, de média potência, de SASEMAR, dos quais só um é para a Galiza, e mais dois navios polivalentes pequenos da Junta. Quer dizer, continuamos sem rebocadores potentes e sem navios antipoluição, continuamos sem meios públicos de salvamento. Também carecemos de centros de armazenamento de material



*O primeiro Plano de Contingências por poluição marinha das rias galegas ainda não dispõe de meios materiais avondo nem dotação de pessoal especializado*

de protecção distribuídos estrategicamente -em função do risco- pela nossa costa e de pessoal especializado que possa usar com rapidez e eficácia esse material. Ficou demonstrado que o fundamental é actuar com rapidez no mar para se evitar a afectação da linha de costa e, para isso, são precisos meios marítimos de actuação.

O dispositivo de afastamento do trânsito (DST) de Fisterra carece de cobertura satelitária e de meios de vigilância aéreos e marítimos que permitam fiscalizar, inspecionar e sancionar no alto mar. A cobertura do DST e do radar deve ser alargada para assim cobrir toda a costa galega; cumpre serem resolvidos os problemas das sombras radioeléctricas do VHF e garantidas as comunicações em galego com uma central de emergências. Cumpre construir helicópteros modernos de salvamento marítimo e deixar de pagar essas substanciais contas às empresas privadas.

Tudo isto e muito mais poderíamos escrever sobre os meios de protecção de que carecemos. Mas no terreno da prevenção, a situação não está melhor. Sabemos da baixa qualidade do tráfego marítimo: barcos velhos, a maioria sob bandeiras de conveniência com tripulação de escassa formação. E, ainda que se tomassem por parte da União Europeia algumas tímidas medidas para a implantação

do duplo casco, melhoria nas inspecções, etc., os assuntos principais subjacentes ao tecido económico, que sustenta a existência de uma frota com deficiências crónicas, não foram abordados com medidas legislativas que atalhem o problema de raiz.

Porque o tema da responsabilidade civil, por exemplo, não se resolve incrementando o fundo do FIDAC, que, como sabemos, não aborda nem a reparação ambiental nem as danificações posteriores, e nem sequer a totalidade dos custos imediatos de enfrentar catástrofes da importância do Prestige. É necessário estabelecer a responsabilidade plena e ILIMITADA de toda a cadeia do transporte marítimo: propriedade do navio, fretadores e armadores, seguradoras, empresas proprietárias da mercadoria, classificadoras e Estado do pavilhão, para que sejam tomadas a sério as medidas de segurança e o respeito ao ambiente. No dia que se estabelecer um sistema deste tipo ao nível da OMI estaremos no bom caminho, mas por enquanto não sequer isto é possível ao nível da UE.

Assuntos da importância da responsabilidade penal derivada dos despejos poluentes, a fiscalização internacional das grandes máfias económicas que operam impunemente nos paraísos fiscais ou o desleixo com que são tratadas as grandes empresas europeias proprietárias de uma boa parte da

frota mercante abandeirada sob pavilhões de conveniência, ficam sempre no tinteiro: será por acaso?

Vivemos numa sociedade cada vez mais hipócrita e convivemos com a hipocrisia do estamento político que -salvo honrosas excepções- pratica uma dupla linguagem: o que se afirma quando se está na oposição ou diante de um acontecimento de grande repercussão social e o que se faz quando se tem responsabilidades de governo. Estamos vivendo isto com a atitude do PSOE quanto aos orçamentos do Estado para 2005, ao ficar marginalizada a Galiza nas grandes questões pendentes, tanto no referente à segurança marítima como na restauração ambiental do nosso litoral. Não é preciso dizer que o PP faz outro tanto nos orçamentos da Galiza.

A situação de deterioro ambiental e produtivo das nossas costas é hoje uma realidade que -por parte da Administração- só é perspectivada de um ponto de vista regulador, reduzindo as extracções e fomentando os desmanches e a reconversão do sector, mas não som enfrentados os problemas que causa esse deterioro ambiental com a conseguinte diminuição na produção: o saneamento integral das rias, o controlo dos despejos industriais, o controlo dos despejos aos rios e a protecção das nossas costas frente às marés negras. É fundamental a persistência no tempo desse movimento social -Nunca Mais- do qual todos e todas nos sentimos partícipes e com o qual todos e todas nos identificamos a partir de uma ampla diversidade de ideários e realidades; é fundamental para erguermos a voz da consciência deste povo, para alumiar-mos o nosso caminho e para lembrarmos a quem tem o poder que, ainda que -muitas vezes- nos enganem com as suas propagandas, não nos enganem os seus factos.

# sumário



## "Elas somos todas"

Marcha Mundial das Mulheres organiza campanha contra a violência de género até Novembro de 2005

5

## Primeiros passos para umha escola em galego

A iniciativa atrai a atençom de cada vez mais pessoas



14



## A Cogarro volta a Raia Seca

A Coordenadora Galega de Roteiros homenageia a vizinhança de Cambedo

6

## "Se quigramos findar com a pobreza, demos o poder aos pobres"

Venezuela como esperança, por J.A. Corral



12



## A nossa memória histórica musical

A revista galega de história *Murguia* resgata do esquecimento o nosso passado musical

15

# editorial

## GLOBALIZAÇÃO CRIMINOSA

O emprego político e partidário da corrupçom é moeda corrente entre as democracias formais, que no caso galego padecemos sob o sinistro formato espanhol da monarquia borbónica. Assim, por um lado, tornou-se habitual assistirmos a cerimónias mediáticas e propagandísticas –pontuais e perfeitamente limitadas no tempo– destinadas a erodir certos sectores do poder mergulhados na luta polo reparto do bolo institucional. Mas por outro lado, da mesma maneira, temos de nos afazer a presenciar a cessaçom súbita desse bombardeamento, quando novos destaques mais frescos e vendíveis ocupam a primeira manchete informativa. Esta informaçom medida, dosificada e, em definitivo, tímida por se encontrar tutelada polas exigências do poder, é a que Novas da Galiza quer ultrapassar no número que hoje lêis, para apontar a verdadeira gravidade do problema.

Há provas que revelam, com toda a sua crueza, que a corrupçom nom é um simples acontecimento esporádico ligado a certos nomes próprios ou à limitada engrenagem de umha rede de obscuras personagens. É, polo contrário, umha realidade permanente que aninha no cerne do modelo económico vigente. Quanto a isto, é esclarecedora a vitalidade do mundo do branqueamento de dinheiro e do tráfico de drogas. Partindo de um exemplo aparentemente restrito, como é a presença de poderosas empresas do jogo nalgumas comarcas costeiras do sul do País, as mesmas que a economia da turistificaçom inunda de casinos e hotéis de luxo, é perfeitamente possível tracejarmos umha completa geografia de umha rede criminal em pleno desenvolvimento que reina sem nenhum entrave.

Umha vez mais, som os organismos oficiais, pola calada e procurando inutilmente a maior das cautelas, os que confirmam as teses que a nossa investigaçom desentranha: o Departamento de Alfândegas da Agência Tributária espanhola reconheceu há apenas um ano que a fraude fiscal detectada por branqueamento de dinheiro tinha crescido mais de 60%. Por sua vez, com grande claridade, um programa de estudo multidisciplinar dependente da UNESCO (programa MOST, nas suas siglas em inglês), afirmava que o aumento vertiginoso da actividade criminosa no planeta era explicável à luz das novas possibilidades abertas pola liberalizaçom dos mercados e a mundializaçom da economia. E ainda, a associaçom ATTAC, especializada na fiscalizaçom do fluxo de capitais, denunciava por propagandística e insuficiente a lei sobre movimentos de capitais aprovada em 2003 no congresso espanhol, lei que, na prática, consagra pola via institucional a actividade ilegal legalizada e assegura a sobrevivência de actividades apoiadas num meste tecido de cumplicidades políticas, institucionais, policiaais e jurídicas.

O caso do sector do jogo é paradigmático: beneficiado por umha legislaçom de Fazenda condescendente com a acumulaçom descontrolada de fortunas; blindado no seu núcleo duro perante a lei; impunes os seus níveis mais elevados perante umha justiça que só aplica o seu zelo repressivo com as classes populares; e talvez pior, relacionado politicamente com forças que, por muito que haja quem se esqueça, por causa de um penoso sentido do *realpolitik*, engordáram o pior capitalismo mafioso sob as bandeiras do progressismo e da esquerda que ainda continuam a enganar.



Xosé Lois Hermo

## notícias

*A Junta da Galiza reclama mais generosidade a Madrid para preservar o nível de poluição das centrais térmicas*

# Centrais das Pontes e Meirama vulneram Protocolo de Quioto

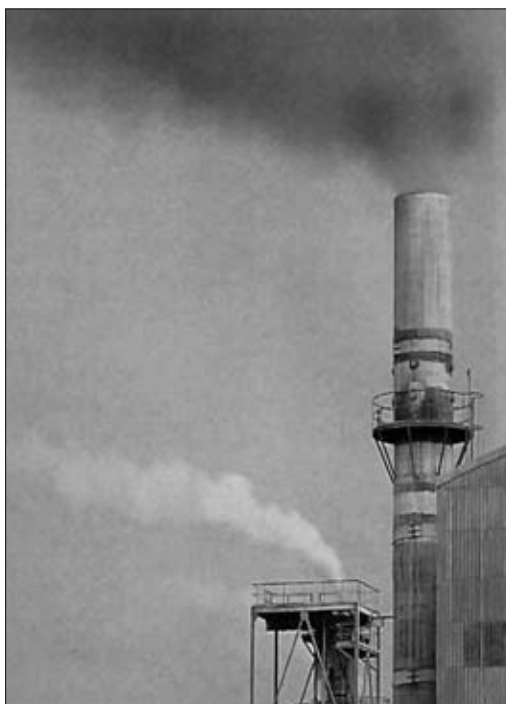
### Redacção

A aplicação do Protocolo de Quioto na Galiza tem reavivado nas últimas semanas o debate sobre o modelo de desenvolvimento do País. Entre as possíveis consequências da sua aplicação estariam o encerramento das centrais termoeléctricas das Pontes e Meirama. Estas fábricas, que contaram com a oposição cidadã desde o momento mesmo da instalação, produzem, junto com a térmica de Sabom (Arteijo), que utiliza fuelóleo como combustível, 60% da energia eléctrica gerada na Galiza e 41% do CO2 lançado para a atmosfera no nosso país. Quase metade desta electricidade (46%) é exportada e produz importantes ganhos para as proprietárias Uniom Fenosa e Endesa.

A soberania espanhola impom-se também nesta matéria. Segundo Quioto, som os governos estatais os encarregados de assignar o volume de emissões de gases produtores do efeito de estufa para cada empresa ou território. Levando em conta o acordo internacional, o

Conselho de Ministros espanhol aprovava em Novembro o Plano Nacional (sic) de Asignações 2005-2007 (PNA), a aplicar desde o dia 1. É este documento que está no centro da polémica, umha vez que, à vista das consequências apontadas, a administração da Junta reivindicava um tratamento mais generoso de Madrid com as empresas localizadas no País, sendo-lhes assignadas maiores quotas de produção de CO2.

A protecção dos interesses de Endesa e Uniom Fenosa fala de desenvolvimento económico, progresso e postos de trabalho. Segundo um relatório elaborado pela administração e enviado a Madrid para modificar o PNA, 999 empregos directos nas térmicas das Pontes e Meirama, 1.786 nas minas e 6.255 postos de trabalho indirectos desapareceriam se se aplicasse à letra o documento, agorando um incremento do desemprego galego de 5.6 pontos. Aliás, a Junta "alerta" para a possibilidade de que as companhias venham a suspender investimentos por valor de 409 milhons no



nosso país.

O governo municipal do BNG das Pontes agia como valedor de Endesa, avançando com a hipotética desapareção de empregos e considerações de carácter local. Por enquanto,

só ambientalistas e a formação independentista NÓS-Unidade Popular se manifestaram inequivocamente a favor do encerramento das centrais térmicas instaladas na Galiza.

## Somente nacionalismo contesta planos da SEPI para o Naval

### Redacção

Os planos da SEPI foram contestados numha manifestação que percorreu as ruas de Ferrol no passado dia 16 de Dezembro, organizada pola Plataforma Galega em Defesa do Naval e boicotada polos sindicatos espanhóis CCOO e UGT. No acto foi reivindicada umha solução à crise que están a padecer os estaleiros de IZAR.

Na Plataforma Galega em Defesa do Naval consideram que a passagem da indústria de

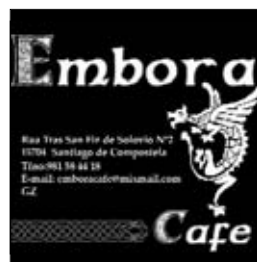
Fene para a empresa militar "nom é umha opção estável". Também criticam a atitude de CCOO e UGT, por se terem recusado a participar na manifestação convocada por este colectivo, acusando estes sindicatos de "culpabilidade com o Governo espanhol", e responsabilizando-os polas consequências negativas para Trás-Ancos da reconversão de 1984.

Por sua vez, o presidente da Cámara Municipal de Fene, o nacionalista Xosé María Rivera, assegurou que para a UGT e CCOO "nom importa

nada a Galiza e menos os trabalhadores", indicando que as pré-reformas previstas nos planos da SEPI "deixam numha boa situação algumha gente, mas, polo contrário, som eliminados postos de trabalho".

O porta-voz nacional do BNG, Anxo Quintana, advertiu que a SEPI e os sindicatos espanhóis "están a cometer dous erros", ao entenderem que a crise de Izar só é um problema laboral e nom social e "por nom terem em conta que o naval é um sector estratégico para a Galiza". O líder do BNG

saliou a necessidade de que se mantenha na ria ferrolana um complexo de construção naval civil e militar.



### VI ASSEMBLEIA NACIONAL

## AMI quer fortalecer movimento juvenil galego

### NGZ

Boa parte da militância da Assembleia da Mocidade Independentista reuniu-se no local social A Esmorga de Ourense para realizar o encontro bianual em que se debatem e ratificam as principais linhas estratégicas e tácticas a seguir no seu trabalho quotidiano. Em sentido contrário ao acontecido em ocasiões anteriores, em que um certo continuísmo era a nota predominante, a assembleia dos dias 27 e 28 de Novembro caracterizou-se por certos reajustamentos salientáveis: no plano organizativo, a AMI deixou de se considerar a organização da mocidade de todo o MLNG para se apresentar como "organização de quadros juvenis" que trabalhará socialmente no seio de iniciativas mais amplas. Também neste sentido, e após a análise das recentes desavenças no campo independentista, o próprio Movimento nom é considerado como um espaço de interdependência, "mas de coincidência", sem que nenhuma organização política seja reconhecida de forma prioritária. Quanto à linha ideológico-política, a formação juvenil vincou na sua lealdade ao que considera o "independentismo revolucionário", entendido como corrente de seu que aposta em vias políticas próprias e enfatiza a "necessidade da estratégia de tensom social para avançar no processo político". A dinâmica de intervenção social já referida há-se de concretizar, para a AMI, no trabalho em prol dos centros sociais alternativos, da criação de um tecido associativo, cultural e desportivo juvenil, e na implicação militante preferente nos ámbitos da língua e do trabalho.



Sob a legenda "Elas somos todas" o feminismo galego reivindicou umha lei integral galega contra a violéncia de género

## Marcha Mundial das Mulheres realizará campanha contra a Violéncia Sexual até Novembro de 2005

### Redacçom

As associaçom e colectivos de mulheres, junto a milhares de pessoas de todo o País, comemoraram o Dia Internacional contra a Violéncia Machista em Vigo. A 27 de Novembro, umha manifestaçom nacional percorreu as principais ruas da cidade olívica sob a legenda "Elas somos todas". Esta mobilizaçom foi o ponto de encontro das açom que durante toda essa semana se desenvolveram nas diferentes comarcas galegas. No comunicado final deste encontro, Eva Salgado, em nome da Coordenadora Galega da Marcha Mundial das Mulheres lembrou as últimas vítimas galegas da violéncia de género, nomeando Maria do Carmo Casal e Sara Alonso, assassinadas na Galiza. Mas também foi lembrado que "os agressores e maltratadores odeiam e podem matar, mas nom som os únicos responsáveis. Perpetuar e fomentar a divisom de géneros é manter a ideia da nossa suposta inferioridade". O feminismo galego também pujo de manifesto que a Lei proposta polo governo espanhol do PSOE supom um avanço nalguns aspectos, "mas nom é suficiente, já que somente contou com a participaçom das associaçom de mulheres de âmbito estatal, esquecendo as diferentes realidades das naçom". O movimento feminista galego está a reivindicar a elaboraçom de umha lei integral galega contra a violéncia machista, cujo rascunho já está a ser ultimado. O dia 25 de Novembro também serviu para pôr de manifesto que a



Açom de denúncia em Compostela da violéncia machista, organizada polo colectivo Mulheres Transgredindo

Constituiçom europeia levada a referendo no próximo mês de Fevereiro "nom menciona a violéncia contra as mulheres especificamente, que é igual que nom reconhecer a existência da mesma". Mas na semana do 25 de Novembro outras localidades galegas também fõrom protagonistas. Em Vigo, houve umha concentraçom diante do Marco, com a projecçom num edificio de um audiovisual elaborado polas mulheres da cidade. Em Ourense, para além da concentraçom, realizou-se um acto simbólico e reivindicativo na Praça do Ferro, e posteriormente, no Museu Municipal, um recital poético, com música, imagem, cartazes internacionais e performance. Em Ferrol, instalou-se umha carpa multi-activa na Praça de Armas, com exposiçom e audiovisuais, e elaborou-se um tecido que recolhe ideias, frases e sentimentos. Em Ferrol também

se realizou, simbolicamente, um "muro do patriarcado". As mulheres da Costa da Morte realizom umhas jornadas sobre violéncia na vila de Cee, organizadas por Buserana. Na Corunha realizou-se umha mostra de fotografia e música no local da associaçom Alexandre Bóveda, assim como a projecçom do filme "Señorita Desaparecida". Em Ponte Vedra elaborou-se um estendal reivindicativo com a colaboraçom de centros escolares. Em Compostela fijo-se um tapete gigante que cobriu a Praça do Obradoiro. Também o colectivo Mulheres Transgredindo realizou umha açom nas ruas compostelanas que se plasmou na publicaçom de um almanaque que contém os motivos para as mulheres saírem para a rua cada um dos meses do ano. Entretanto, em Ponte Areeiras, a Assembleia de Mulheres do Condado denunciou que "a imensa maioria dos concelhos e das

instituiçom autonómicas e estatais carece das verbas orçamentárias necessárias para combater a violéncia machista; porém, anualmente contribuem com quantias milionárias ao financiamento da Igreja católica, e ano após ano som incrementadas as despesas militares". O Dia Internacional para a Eliminaçom da Violéncia contra a Mulher comemora o assassinato das irmãs Mirabal em 1960 polo regime de Trujillo na República Dominicana. No ano 2000 surgiu a ideia da Marcha Mundial das Mulheres, e na Primavera de 2004 a Galiza foi a anfitriã da marcha a nível internacional. Este ano, o dia 25 de Novembro foi o ponto de partida da Campanha contra a Violéncia Sexual lançada polo Colectivo Paz e Desmilitarizaçom da Marcha Mundial das Mulheres, que se prolongará durante todo o ano até o próximo dia 25 de Novembro, em 2005.

## Redes Escarlata organiza jornadas em Lalim

### ■ NGZ

No dia 11 de Dezembro, no salom de actos do IES Lajeiro de Lalim, desenvolverom-se as jornadas "Um debate, mil repúblicas" organizadas polas Redes Escarlata. Nelas, Francisco Sampedro dirigiu o debate "A Violéncia: irredutível?" e Carme Adán introduziu a problemática da "Violéncia patriarcal: mulheres, conheci-

mento e comida". Logo a seguir, realizou-se umha mesa redonda sobre a "esquerda nacionalista em construçom". Nela intervinherom Carlos Morais, por Nós-Unidade Popular, Mariano Abalo, pola Frente Popular Galega, Xosé Cozallo, polo Partido Comunista do Povo Galego e Braulio Amaro, polas Bases Democráticas Galegas.

## BNG lidera veto aos Orçamentos do Estado

### ■ NGZ

O Senado aprovou em Comissom o veto apresentado polo BNG ao Projecto de Lei dos Orçamentos Gerais do Estado de 2005, sendo a primeira vez que prospera na Câmara Alta umha emenda de totalidade às contas públicas. Nesta situaçom, os Orçamentos podem ser devolvidos ao Congresso, algo inédito em 25 anos de actividade parla-

mentar. O BNG afirmou que as Contas de 2005 carecem de compromissos orçamentários plurianuais, e nom recolhem os instrumentos específicos para se favorecer a convergência da Galiza com a média estatal em termos de bem-estar social. Entre os pedidos do grupo galego, assinava-se a necessidade de fundos para um Plano de Emprego e um outro de Desenvolvimento.

**ADEGA ARRAIANA**  
HERDEIROS DE ANTON BERTOLO LOSADA  
Rias Baixas  
Sela Estación - Arbo - Galiza  
Telf: 629 908 884

**Vante**  
Cantom do S. Bialto, 4 - COMPOSTELA  
Loja de Abastos - PONTE-CEBURES  
GALIZA

**GARIGOLO**  
...Café - Teatro...  
Praça da Algalia de Arriba, 1  
COMPOSTELA

Uma Garbacia de Macada 20  
**desmoro**  
LOCAL SOCIAL 9 OURENSE - GALIZA

Centro Social  
**Henriqueta Outeiro**  
COMPOSTELA  
Quiroga Palacios, 42 (rés do chao)  
981 563 286

**R**  
**reviravolta**  
local social  
Arcebispo Malvar 23 Ponte Vedra

...del  
**OTXO**  
BAR  
PRINCESA - 7 PONTEVEDRA

Atreu e A Esmorga começam as suas actividades

## Corunha e Ourense já têm centros sociais

### Redacçom

Com a abertura do Centro Social Alternativo *Atreu* na Corunha e *A Esmorga* em Ourense, a imensa maioria das cidades galegas já contam com locais em defesa do idioma, dos direitos históricos da Galiza e dos valores alternativos. Tam-só Compostela -onde a associação cultural Gentalha do Pichel pensa inaugurar o seu próprio espaço nos primeiros meses do próximo ano- e Ponferrada -com um tecido social galeguista muito mais fraco- nom aderírom ainda a esta nova iniciativa que demonstra o seu sucesso nos nosos núcleos urbanos.

O reintegracionismo tem agora na Corunha o seu espaço, conseguido após meses de duro trabalho na reabilitaçom de umha loja no bairro de Monte Alto. No *Atreu* funciona já um serviço de bar com balcão próprio e umha pequena sala de actos. Falta por acondicionar, porém, um último quarto onde será instalada a biblioteca e onde diversas associaçom da cidade realizarã as suas reunions.

O local foi aberto oficialmente a 27 de Novembro com umha festa de inauguraçom onde participãrom, entre outros, o Grupo de



Gaiteiros de Artábria ou a contacontos Sofia de Lavanhou. A participaçom de mais de um centenar de pessoas de sectores políticos e sociais diversos pujo de manifesto as expectativas que esta nova iniciativa está a criar na cidade. Quanto ao calendário de actividades, tivo o seu ponto de arranque com umha mesa redonda sobre a constituicmoeuropeia em que participãrom o membro da

Plataforma Galega polo Nom Roberto Laxe, o representante corunhês do BNG Henrique Tello, e o militante da AMI Antom Santos.

Em Ourense, apesar de a inauguraçom ter demorado mais do previsto inicialmente, no fecho desta ediçom o local da associaçom cultural dava os seus primeiros passos após a festa de abertura na dia 11 de Dezembro.

Campanha internacional contra o arrasto de profundidade gera conflito com marinheiros galegos

## CIG denuncia Greenpeace por agir conforme a interesses económicos

### Redacçom

A Coligaçom pola Conservaçom dos Fundos Marinhos está a promover umha campanha internacional contra o arrasto de profundidade no alto mar. Esta coligaçom argumenta que apesar de nom se ter estabelecido por enquanto umha moratória, a própria ONU reconheceu que tem um impacto negativo sobre os fundos marinhos e pede umha interrupçom temporal para se realizarem análises científicas nos ecossistemas dos montes submarinos. Dentro desta campanha, o barco *MV Esperança*, do colectivo Greenpeace, realizou umha expediçom de cinco semanas polo Atlântico Norte para documentar os danos, localizar arrasteiros de profundidade e denunciar a situaçom deles. A referida embarcaçom chegou a 17 de Novembro ao porto de Vigo, onde foi organi-

zada umha concentraçom de repulsa aos pedidos da Coligaçom. Os marinheiros ali presentes considerãrom que a organizaçom ambientalista encontrou em Bruxelas um aliado, e que a sua proposta de criar cinco vedas deixaria os barcos do litoral numha complexa situaçom, pois ficariam quase sem zonas para pescarem no Cantábrico noroeste.

No que a isto diz respeito, Xabier Aboi, responsável nacional pola CIG-Mar, afirmava para *NOVAS DA GALIZA* que considerãrom a campanha de "miserável" e acusou a direçom da Greenpeace de perseguir embarcaçom galegas, lembrando a guerra do fletã, de servir os interesses de países dos quais recebem importantes subsídios, nomeadamente do Canadá, e duvidando do apoio de países como a Noruega e de Gorbachov à campanha da Coligaçom. Com respeito

às açom da Greenpeace considerou que "nom se pode chegar a esta situaçom caricata, pois som respeitãdos os peixes e nom os marinheiros", e defende que o sindicato nom quer umha guerra contra o ambientalismo, "nem todos juntos nem todos revoltos: nós nom vamos participar em todo o que fizerem os armadores, seguindo interesses do Partido Popular; só denunciãmos açom concretas contra os trabalhadores".

Por seu turno, os principais colectivos ambientalistas galegos considerãrom absolutamente injustas as acusaçom de "mercenários" contra os interesses galegos dirigidas contra a Greenpeace. Defendem que a campanha da Coligaçom é de âmbito internacional, é fundamentada em argumentos sólidos e nom está dirigida especificamente contra os 40 barcos da frota galega que praticam este tipo de pesca.

## Novo roteiro da Cogarro pola Raia Seca

### Redacçom

A Cogarro, Coordenadora Galega de Roteiros, organizou umha nova viagem pola Raia Seca com o reclamo "Caminhando pola Raia 2004, roteiro dos Povos Promiscuos" durante os dias 18 e 19 de Dezembro. Este roteiro tenta, nas palavras da coordenadora, recuperar o contacto entre os povos do norte e do sul da raia com Portugal, para restaurar as profundas raizes comuns, ainda hoje vivas, que vinculã os povos galego e português, assim como aprofundar na cultura de

umha das zonas mais esquecidas da Galiza. Para isto, visitãrom as terras de Mandim, Lamadarcos, Feces de Cima e San Cibrao, até o povo promiscuo de Cambedo, caminhando pola raia e visitando o Castro de Wamba, combinando o percurso com umha palestra informativa sobre o confronto entre a guerrilha galego-portuguesa e os exércitos espanhol e português acontecido em Cambedo. Finalmente, oferecãrom umha homenagem aos vizinhos e vizinhas da vila raiana, no qual contãrom com a presença de Amigos da República de Ourense.

## Absolvidas trinta pessoas denunciadas em Sada

### Redacçom

As trintas pessoas denunciadas pola Policia local sadense por "alterarem a ordem pública" numha conferência informativa do presidente da Câmara, Ramón Rodríguez Ares, fãrom absolvidas polo Julgado de Betãnos.

Da Plataforma Cidadã pola Democracia em Sada e dos par-

tidos da oposicmoeentendem que a actuaçom da Policia Local foi "irregular e partidista", e salientãtam que muitas das pessoas denunciadas "fãrom identificadas indevidamente", e mesmo alguns casos "os dados registãdos eram errãneos". Alguns partidos da oposicmoe sadense estã a avaliar a possibilidade de denunciar nos tribunais os responsáveis por esta açom.

## Sabotam IV Semana Galega do Empreendedor

### Redacçom

Estudantes da Universidade de Compostela sabotãrom com tinta vermelha na passada quinta-feira a exposicmoe da IV Semana Galega do Empreendedor, organizada pola Universidade e a Junta da Galiza. Segundo o colectivo estudantil AGIR, a exposicmoe fai parte da estratégia de irrupçom de interesses financeiros e de empresas no ensino universitàrio galego. Situada na Faculdade de Ciências

Económicas e ADE de Compostela, os expositores de bancos e empresas levãrom, entre o dia 31 de Novembro e 3 de Dezembro, os interesses de diversos agentes capitalistas ao seio de umha instituiçom pública acadêmica, sem mais justificaçom que favorecer os seus fins lucrativos e especulativos sobre a comunidade universitària. A entidade estudantil da esquerda independentista difundiu um comunicado de rejeicmoe à referida exposicmoe.

## Ciclo de cinema em Trás-Ancos

### Redacçom

O colectivo *Opai!!*, impulsador desde há meses de um projecto de rádio livre para Trás-Ancos, Rádio Filipim, continua com as suas actividades na capital da comarca. Com a colaboraçom do Ateneu Ferrolano, que cedeu as suas instalaçom, a associaçom cultural encetou o mês de

Dezembro com a organizaçom de um ciclo de cinema que deu começo no dia 7 de Dezembro com o filme *A Mighty Wind* e que continuará durante as primeiras semanas das festas do Natal. A maior parte do ciclo será dedicado a Peter Greenaway e Michael Nyman, mais umha tentativa de alimentar umha dinâmica cultural alternativa na cidade de Ferrol.

# Deslocalização: novo nome para a prática mais velha do capitalismo

5.000 empregos fôrom destruídos em Ourense e nas conservas podem perder-se 7.000

Marta Salgueiro

Nos últimos tempos foi cunhado um novo nome para umha velha prática capitalista: a deslocalização, quer dizer, produzir onde seja mais rentável, sem se ter em conta a estruturação do País, nem a classe trabalhadora nem o bem comum ou o beneficio social. Nem mais nem menos, isso que sempre foi capitalismo nu e cru. Um processo que na Galiza já destruiu 5.000 empregos em Ourense, com a fuga de Roberto Verino e Adolfo Domínguez para Marrocos. Um processo que também ameaça com eliminar mais 7.000 postos de trabalho no sector das conserveiras, onde a maioria das empregadas som mulheres. A isto deve somar-se o encerramento de Valeo em Ourense, com proposta de compra de sindicalistas e jornalistas, e Itatel nas Pontes ou Avigan em Ponte Areias. Enquanto isto acontece, o governo do PP na Galiza implementa a política do subsídio às multinacionais, esquecendo a promoção dos recursos endógenos das comarcas do País.

## As conservas e o têxtil

Em Janeiro de 2005 a União Europeia eliminará as barreiras de importação no têxtil. Um dos sectores mais importantes na Galiza, onde já se experimentou um importante declínio no emprego desde o ano 2002. Na comarca de Ourense, chegarão a contabilizar-se 200 obradoiros de costura para abastecer as grandes marcas europeias. Nestes momentos, só a empresa Sociedade Têxtil Lonia, com marcas como Purificación García ou Carolina Herrera, continua em Ourense. Os empresários Roberto Verino e Adolfo Domínguez, que durante anos estiveram a receber enormes subvenções por parte da Junta da Galiza, transferiram as suas fábricas de Verim e Sam Cibrao das Vinhas para Marrocos. Esta decisão, em prol da produtividade a baixo custo, significou a perda de 5.000 postos



Galiza é o terceiro país do mundo em produção de conservas. Um sector que também viveu o processo de deslocalização, e no qual correm perigo 7.000 empregos, nomeadamente femininos.

de trabalho na comarca.

Galiza é o terceiro país do mundo em produção de conservas depois da Tailândia e dos EUA. Um sector que já viveu também o processo de deslocalização, e no qual correm perigo na actualidade 7.000 empregos, nomeadamente femininos. Este é um sector que conta na Galiza com 63 empresas e dá emprego a 13.000 pessoas, considerado o motor económico das comarcas da Arouça, Barbança e Bergantinhos. Destas comarcas, já fugiram empresas como Escuris, Jealsa ou Calvo, que transferiram os fornos de atum para a América Latina polo mesmo critério de produção a baixo custo. Foi o primeiro dos passos a dar por parte destas grandes empresas que tenham planificado a curto prazo a transferência total das fábricas para a América do Sul. Esta deslocalização suporia a perda na Galiza de cerca de 7.000 empregos. Aliás, nestes momentos, as empresas já estão a importar 25% da matéria prima para a conserva, e sendo assim, na Galiza praticamente só se enlata. Se se tomar a decisão da transferência total destes núcleos produtivos, a Galiza poderá prescindir de metade do pessoal empregado, a maioria mulheres.

## Itatel, Valeo, Avigan

A fábrica ourensana de Valeo, que elabora elementos electrónicos e cablagens para veículos que fabrica o grupo PSA Peugeot-Citroën em Vigo, fecha as portas deixando mais 258 desempregados, numha comarca como Ourense, muito castigada polo desemprego e, conseqüentemente, pola emigração. A transnacional francesa, que conta com outra fábrica no Porrinho, planificou a sua partida depois de ter recebido substanciais subvenções públicas. Valeo era antes Labauto, cujos trabalhadores protagonizaram umha das lutas sociais mais activas de Ourense. A antiga fábrica Citroën desapareceu definitivamente da comarca e os seus terrenos som vendidos numha operação altamente especulativa. A empresa durou o que duraram os subsídios da Junta. A transnacional francesa justificou a sua partida à procura de menores custos de mão-de-obra e de ausência de direitos sindicais. Umha operação que já se via vir há dous anos. A multinacional apresentou um relatório de fecho em 2003 no qual recomendava a "bonificação" de sindicalistas e jornalistas para o fecho da fábrica ourensana. O Comité de empresa, onde a UGT é maioritária no caso de Ourense,

torna-a mais viável, diz este relatório, que a do Porrinho, onde o comité é formado maioritariamente "por um sindicato regional muito mais radical", em referência à CIG.

Apontar ainda que Valeo conta há mais de um ano com um centro de cablagens no interior do centro penitenciário de Teixeira, onde dispõem de todos os locais da prisão, com a excepção de um pequeno obradoiro de carpintaria. A produção vai destinada à Citroën em Vigo e à exportação para Inglaterra. Os presos cobram 360 euros por mês. Valeo conta também com subcontratas na prisão de Pereiro de Aguiar e a Cooperativa de Integração Cigana Janela, onde 66 pessoas trabalham por muito menos do salário mínimo e sem direitos sindicais.

Itatel é umha fábrica de componentes electrónicos das Pontes, de capital Italiano. Tem prevista a data de encerramento no dia 31 de Dezembro. Esta empresa recebeu umha subvenção a fundo perdido de um milhão de euros, o que supuiu 15% do investimento total de capital. Umha empresa que responde ao mesmo padrom de actuação que Valeo. Recebeu o subsídio e agora parte para outros lugares onde a produção fica mais barata. Itatel, aliás, está a levar adiante umha campanha para acelerar o ritmo do processo produtivo, para entregar, no fim deste ano 2004, um lote de 4.000 descodificadores à operadora Auna. Nom deixa de ser paradoxal que a empresa acelere a produção quando pensa despedir o pessoal empregado.

Avigan apresentou já no julgado um expediente de falência que afecta 75 operários. A empresa, situada em Ponte Areias, tem 32% das acções em mãos da Junta da Galiza. A Fiscalia do Supremo Tribunal de Justiça da Galiza tem já em seu poder a denúncia para esclarecer as responsabilidades da Administração da Junta da situação de crise que vive a empresa.

## Política de emprego do governo PP

Som os primeiros passos de um processo que, se nom mudar a política económica do governo galego, se tornará habitual. A Junta subvenciona as multinacionais e transnacionais para se instalarem na Galiza, sem um mínimo requisito que faça repercutir no tecido industrial galego os beneficios obtidos por estas empresas. Estas firmas justificam a sua partida nos custos de produção. Quanto a isto, na apresentação dos orçamentos para 2005 no Parlamento Galego, Manuel Fraga e o Conselheiro da Economia Jose Antonio Orza, falavam de conter os salários na Galiza para baixar os custos de produção. Depois da Estremadura, o nosso País registra os salários mais baixos de todo o Estado. No inquérito do segundo trimestre do Instituto Nacional de Estatística assegura-se que os custos salariais já som moderados. Frente ao incremento dos salários em Espanha em 2,5%, o nosso País recolhe apenas 1,4%. Nom parece, pois, que seja o custo salarial o que leva à deslocalização destas empresas na Galiza.


A política económica da Junta consiste no abandono dos trabalhadores e trabalhadoras, no prejuízo à nossa capacidade produtiva. O governo nom elabora planos integrais e nom possui, nestes momentos, nenhum tipo de política de desenvolvimento comarcal que promova os recursos endógenos das comarcas. Favorece, pelo contrário, a instalação temporária de empresas que depois se vam embora, levando com elas os investimentos públicos. O Governo do Partido Popular tampouco aposta na Investigação + desenvolvimento (I+D). De facto, 36% dos investimentos, neste conceito, dos orçamentos espanhóis, vam para actividades militares, mas nem tam sequer para investigação, mas para o financiamento da construção militar.

**COPISTERIA T44**  
 Fotocopias • Papelería  
 Encuadernacións • Planos  
 Fax • Cartéis • Tarxetas  
 Tesis • Tesiñas  
 Impresión dixital e laser  
 R./ San Roque 31 B. T-Fax: 981 566 898  
 R./ República Arxentina 44 B. T-Fax: 981 582 626  
**SANTIAGO**

**LIVRARIA SISARGAS**  
 Rua do Comercio, 15  
 15.002. A. CORUNHA  
 TEL. + FAX 981.200082

**O Alfaiate CAFE**  
  
 Centro da Lenda, 20  
**CORUNHA**

**CENTRO SOCIAL A tren!**  
 O teu sorriso é a tua melhor contribuição  
 centro@telcel.com  
 Travesa San José, 7 (Bairro do Chato)  
 15.002 CORUNHA  
 Colaboracións: 2091-0012-18-3040831285

**PATACHIM**  
  
 taberna boémia  
 beira-mar, 16 **corunha**

# investiçom

## Empresas do jogo relacionadas com o narcotráfico branqueiam capitais na Galiza

*Cirsa, proprietária do Casino da Toja e do Grande Hotel Samil de Vigo, está a ser investigada por Garzón*

*A empresa catalã Cirsa, uma das companhias líderes no sector do jogo tanto a nível espanhol como mundial e cujo máximo responsável, Manuel Lao, está a ser investigado desde 1999 por Baltasar Garzón por tráfico de drogas e*

*branqueamento de dinheiro, conta com importantes negócios na Galiza. Para além de possuir milhares máquinas de jogo disseminadas por todo o país, é proprietária do Casino da Toja e do Grande Hotel Samil de Vigo.*

### Xan de Camorga

Investigações levadas a cabo há alguns anos pelo jornalista galego Pepe Rei durante a elaboração de um relatório sobre o jogo para a revista 'El Globo', do grupo Prisa, deram um pouco de luz sobre a trama urdida por este sector na Galiza. Umha importante ajuda para a realização das pesquisas fora o galego Luis Bustamante, um funcionário da UGT que depois de ter passado por outros sindicatos, deu cabo da sua vida dentro do seu próprio carro, inalando os gases do tubo de escape. Bustamante chegara a descobrir as conexões entre as "slot-machine", conhecidas popularmente como "traga-perras", e o narcotráfico. Nom por acaso, na Galiza, vários dos narcotraficantes colombianos mais afamados investiram e branquearam o seu dinheiro em negócios de jogo. As denúncias do sindicalista transcendêrom inclusive ao Parlamento da Galiza, onde os conseguientes pactos entre partidos acabárom por silenciar o tema. Na actualidade, empresas líderes no sector do jogo continuam a utilizar a nossa terra para 'lavar' ingentes quantidades de dinheiro de, polo menos, duvidosa procedência. Umha delas é a catalã Cirsa. O juiz Garzón tem aberta a instrução 251/99 desde o ano 1999 por branqueamento de dinheiro e tráfico de drogas contra o seu proprietário, Manuel Lao. A outra grande empresa do sector no Estado espanhol, Recreativos Franco, está a ser investigada, por sua vez, pola Promotoria italiana polos mesmos motivos. Ao mesmo tempo, em países como o Brasil ou a Argentina, as autoridades mantêm também sob vigilância as actividades de Recreativos Franco e de Cirsa.

Ambas as empresas contam com umha grande implantação no nosso país. No caso de Cirsa, para além de ter milhares de máquinas de jogo espalhadas polo território nacional, também possui importantes casinos como o da Toja ou complexos hoteleiros como o de Samil, na cidade de Vigo. O Grande Hotel



*Cirsa e Recreativos Franco desenham e fabricam as máquinas, exploram-nas, vendem-nas a terceiros e exportam-nas. A tributação fiscal que se assigna às máquinas de jogo é o que permitiu a estas empresas crescerem até se converterem em poderosas multinacionais do jogo.*

Samil é propriedade de HLG (Hotéis Lao Garriga), umha empresa em que participam conjuntamente Manuel Lao e a família Garriga, accionista de referência da cadeia Hot Hotéis. O propósito da companhia foi sempre acolher na cave do hotel um grande casino, e inclusive chegárom a avaliar a possibilidade de transferir para a cidade olívica o da Toja.

Com 79 empregados e empregadas, umha facturação anual de 5,36 milhões de euros e um beneficio de 312.000, o casino da Toja é um dos menos rentáveis do Estado espanhol. Cirsa comprou-o ao Banco Pastor no ano 1995. Um ano depois, começa a polémica pola transferência do casino para Vigo, projecto que Cirsa apresenta no ano 1999 para construir um outro, de maiores dimensões, no Grande Hotel Samil que permita captar mais clientes portugueses, concorrendo assim com os casinos lusos. O plano de transferência nom foi autorizado pola Conselharia da Justiça, Interior e Relações Laborais, ao contar com a oposição do Concelho de Ogrobe. Actualmente, parece que a companhia tem arrumada a ideia.

#### Donos do jogo

Cirsa é, com a madrilenha

Recreativos Franco, umha das empresas que dominam o jogo no Estado espanhol e umha das líderes mundiais do sector graças à exploração de casinos, bingos e máquinas de jogo. Estas últimas som as que maiores beneficios produzem, devido a que se encontram espalhadas por toda a parte. Cirsa foi fundada a partir do nada por Manuel Lao Hernández e o irmao dele, Juan, que já nom pertence à sociedade; passárom de gerir um bar em Terrassa (Barcelona) a montar um império empresarial. Da mesma maneira que os irmaos Lao procurárom o seu esconderijo em Terrassa, ao amparo de Convergência i União, os Franco encontrárom no PSOE o guarda-chuva protector, fundamentalmente na cúpula do Ministério do Interior vinculada aos GAL.

Na actualidade, Manuel Lao, através de Cirsa Bussines Corporation, e os irmaos Franco, através do Grupo Franco, som os verdadeiros amos do jogo no Estado espanhol, ainda que também espalhassem as suas redes a numerosos países, tanto na Europa como na América do Sul. Das aproximadamente 220.000 máquinas de jogo distribuídas em bares e cafés do Estado espanhol, Cirsa possui umhas

20.000, pertencendo outras 14.000 a Codere, a operadora dos Franco. O negócio das 'slot-machine' movimenta por ano 1,47 bilions de pesetas no Estado espanhol.

As duas empresas completam o ciclo de negócio: desenham e fabricam as máquinas, exploram-nas, vendem-nas a terceiros e exportam-nas. A tributação fiscal que se assigna às máquinas de jogo é o que permitiu a estas empresas crescerem até se converterem em poderosas multinacionais do jogo. Este tipo de máquinas tenhem assignada umha taxa fixa de contribuição fiscal com independência do dinheiro que arrecadam. A diferença entre o estimado pola Fazenda e o que arrecada a máquina pode multiplicar-se por quatro. Deste modo, torna-se necessário distrair umha importante quantidade do que arrecada a máquina para nom alertar a inspecção fiscal. Responsáveis pola Fazenda rejeitárom instalar contadores nas máquinas de jogo para se saber desta forma quanto dinheiro arrecadavam exactamente, ao considerarem melhor para os seus interesses que a taxa continuasse a ser estimativa.

**O suborno como prática habitual**  
Cirsa espalhou-se por boa parte do planeta. Opera em numerosos países e converteu os subornos numha das práticas mais habituais, chegando a se converterem em lucrativas inversões. Umha destas operações ilegais conheceu-se no ano passado por ocasião de umha investigação aberta na Argentina contra Miguel Ángel Egea, um obscuro personagem vinculado à repressão clandestina da década de 70 e a Carlos Menem desde 1989. Egea tivo que visitar os tribunais devido a umha intervenção judiciária realizada no casino flutuante de Buenos Aires conhecido como 'Barco da Fortuna'.

A intervenção foi possível graças a um escrito do advogado Ricardo Monner Sans, que denunciou a concessão irregular da licença do casino em Dezembro de 2002. O referido documento nom só alude

**Este dinheiro, que foge às fazendas públicas, e o destinado a pagamentos de políticos e funcionários, é canalizado através de umha rede de sociedades que aparentam um tráfico comercial como pode ser, por exemplo, umha ordem de pagamento de vários milhões de dólares pola venda num determinado país de um lote de máquinas de jogo. Este mesmo circuito é utilizado pola máfia da droga para evacuar os seus fundos**





Umha das sociedades através da qual se realizam estas operaçõs é Qualitat Deu SL, umha empresa catalã que possui umha conta no Banco Agrícola da Andorra, onde se realizam transferências para vários países com dinheiro originado no tráfico da cocaína distribuída no Estado

ao facto de que o barco onde funciona o casino já nom pode navegar por causa de tudo o que foi construído em cima dele (já que portanto estaria a violar a lei), como também ao obscuro vínculo da sociedade espanhola Cirsa com a empresa Long Regent SA, propriedade de Egea e Norma Radice, irmã do expressor da ESMA Jorge Radice. O escrito de Monner Sans critica a forma irregular de tramitar o decreto 600/99 que assinou Menem, 'útil' para a instalaçom do barco, e também "a forma inicial como o governo da cidade de Buenos Aires, entom a cargo de Fernando de la Rúa, encarou o tema e a significativa posiçom ulterior que tem vindo a assumir".

Um importante capítulo vincula a empresa do barco (Cirsa SA, Casino de Buenos Aires) com Long Regent SA, que foi constituída por

Egea e Radice. Segundo o escrito, Cirsa, cujo conselheiro delegado é Manuel Delgado, "paga importantes somas mensais a favor de Long Regent SA por serviços de consultoria". E agrega: "Dado o que assinalou o ofício inicial, quanto às características e trajectórias dos licitantes, cumpre nom esquecer a vinculaçom de Miguel Àngel Egea com organismos de repressom, nem os processos judiciais em que se tem visto envolvido". Um extenso e detalhado escrito anexo a esta nova apresentaçom sustém que "Egea é o factótum do Barco Casino" e atribui-lhe o carácter de "sócio oculto".

*No seguinte número daremos a conhecer novos dados sobre as actividades irregulares de Cirsa e Recreativos Franco. Ainda, analisaremos a recente entrada da multinacional catalã numha poderosa construtora espanhola, graças à mediaçom de dois conhecidos empresários corruptos.*

## Como se fai o branqueamento

Todo este dinheiro, o que foge às fazendas públicas e o destinado a pagamentos de políticos e funcionários, é canalizado através de umha rede de sociedades que aparentam um tráfico comercial como pode ser, por exemplo, umha ordem de pagamento de vários milhons de dólares pola venda num determinado país de um lote de máquinas de jogo. Este mesmo circuito é o utilizado pola máfia e os cartéis da droga para evacuarem os seus fundos para diferentes lugares do mundo.

Tal e como explica o jornalista e escritor José Manuel Novoa no livro 'Bancos, Banqueiros, Bandidos', umha das sociedades através da qual se realizam esta classe de operaçõs é Qualitat Deu SL, umha empresa catalã que possui umha conta no Banco Agrícola da Andorra, onde se realizam transferências bancárias para vários países com dinheiro originado no tráfico da cocaína distribuída no Estado espanhol. Esta sociedade está inscrita no Registo Mercantil de Gerunda desde o ano 1988,

sendo administradores solidários Domingo Tarruella Dalmau e Narcís Ramio Buixeda. As ordens de transferência efectuam-nas os administradores da firma, seguindo instruções de Carlos Quintero Patiño, e por conta da sociedade colombiana Blazing Ltd. Carlos Quintero, considerado branqueador de dinheiro do narcotráfico e titular em contas bancárias em mais de 25 paraísos fiscais, é sócio e testa-de-ferro de Manuel Lao Hernández, o dono de Cirsa, na Colômbia e noutros países.

Concretamente, na Colômbia possuem a empresa Winner Group, onde repartem as açõs da seguinte maneira: 50 por cento Leisure and Gaming Group, 25 por cento Forum Technology e o restante 25 por cento Carlos Quintero. O objecto social da companhia é a importaçom, exploraçom e comercializaçom de máquinas de jogo recreativas e de sorte, assim como operar em casinos, mesas de 'black jack' e roletas. O seu domicílio é em Santa Fé de Bogotá. Na Colômbia, esta sociedade é proprietária

a cem por cento de mais de 20 empresas. As companhias Leisure and Gaming Group e Forum Technology som propriedade de Manuel Lao. Esta última é umha sociedade constituída na ilha de Man, com um fiduciário que representa Manuel Lao, que é o verdadeiro titular. Esta dispom de umha conta no Barclays Bank de Sant Helier, cujo apoderado é Carlos Quintero.

A esta conta chegam quantias importantes, procedentes principalmente de sociedades sediadas em paraísos fiscais como Aruba, Baamas, Panamá, Andorra e Miami. Posteriormente, desta mesma conta, vam-se realizando transferências para o Banco Ganadeiro de Bogotá (BBVA), onde Winner Group tem domiciliada umha conta. Todo um circuito de ida e volta está organizado: o dinheiro viaja -metafisicamente falando- do Banco Agrícola na Andorra até o Barclays Bank na ilha de Man, para dali ir para o Banco Ganadeiro na Colômbia. No trajecto de volta, as transferências chegam ao SCH e Caja España, às

contas de International Gaming Manufacturing SL e International Holding Services SL, justificando pagos pola venda de máquinas de jogo.

Estas e outras muitas operaçõs som indícios evidentes de transaçõs económicas ilícitas onde o dinheiro do jogo se fusiona com o do narcotráfico e vam juntos para paraísos fiscais, acabando por recair na Colômbia ou em qualquer outro lugar do mundo. Este ir e vir de capitais é o que consta na já referida instruçom judicial. O Julgado Central de Instruçom número 5 da Audiência Nacional espanhola, cujo titular é Baltasar Garzón, tem aberto o sumário 251/99 desde 1999 por branqueamento de dinheiro e tráfico de estupefacientes contra Manuel Lao. O processo está só teoricamente aberto, porque, na prática, está de facto fechado. Vários dos administradores da sociedade Qualitat Deu fõrom encadeados por Garzón, que nom adoptou, no entanto, nenhuma medida restritiva da liberdade contra Manuel Lao.

www.novasgz.com | novasgz@novasgz.com | Telefone: 639 146 523



Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a  
NOVAS DA GALIZA, Caixa dos Correios 1069 (C.P. 27080) de Lugo

1 Ano = 12 números = 20 euros  Assinante Colaborador = \_\_\_ euros

Nome e Apellidos  Telefone

Endereço  C.P.

Localidade  E-mail

Nº Conta

Junto cheque polo importe à ordem de Minho Média S.L.

Assinatura

# análise

## A Constituição da União Europeia: um comentário impertinente<sup>(1)</sup>

*Ainda que, segundo o prometido, a Constituição da União Europeia (UE) venha a ser objecto de um referendo entre nós, não deve esperar-se que ao amparo deste se desenvolva nenhum debate franco e*

*aberto. O que já sabemos da ordem que padecemos convida a concluir, antes pelo contrário, que se imporá, com o apoio das duas principais forças políticas de âmbito estatal, uma formidável maquinaria*

*de propaganda, manipulação e ocultação. Apesar disso, ou talvez por isso, faz sentido debruçarmo-nos sobre alguns dos muitos elementos conflituosos que acarreta a Constituição objecto do nosso interesse.*

**Carlos Taibo**

A literatura especializada formulou já muitas perguntas em relação com a futura Constituição. Todas elas remetem para questões importantes: estamos diante de uma genuína Constituição ou perante um híbrido entre uma Constituição e um simples tratado? Não remete para esta fórmula o mecanismo de elaboração desenvolvido, que confirmaria a velha máxima que reza que "os tratados são assuntos dos príncipes, e não dos povos"? Que modalidade de texto político-legal é este que nasce sem um povo,<sup>ii</sup> uma nação e um Estado que lhe confirmem sentido? Não obstante, e visto que já dispomos de uma moeda, o euro, sem um Estado acompanhante, porque não se haveria de configurar também uma Constituição sem um povo? Não será que nos encontramos, noutra terreno, diante de um exemplo visível de fria engenharia legal, que lhe dá azos a um maximalismo jurídico que afinal o que esconde é um minimalismo político? Qual está chamado a ser, em suma, o produto final do processo: uma confederação, uma federação, um Estado com vocação unitária, uma fórmula de governo transnacional...?

### Uma triste sordidez

Como não podia ser de outra maneira, a Constituição que nos ocupa é portadora de muitas normas que não são nem boas nem más por si sós. Ainda que seja obrigado reconhecermos que para chegar a alguma conclusão firme haverá que deixar que o tempo passe, é preciso convir que os antecedentes convidam, como pouco, ao receio. E é que cada vez parece mais urgente resgatar uma discussão relativa ao que é, antes que a Constituição, a própria União Europeia. Por palavras de P. Barcellona, "quando o poder está claramente nas mãos dos potentes 'lobbies' dos negócios e das finanças, dos círculos mediáticos e da manipulação das informações, os juristas abandonam-se ao cosmopolitismo humanitário e aderem ao grande partido das boas

intenções e das boas maneiras".<sup>iii</sup>

À margem do anterior, na trama da Constituição não se percebe nenhum impulso político que produza, com claridade, uma inércia de mudanças estimulantes: encontramos-nos, pelo contrário, perante a mesma triste sordidez herdada do passado, e isso por muito que seja invocado retoricamente, e é um exemplo entre outros, o peso da democracia participativa. É lícito mantermos dúvidas, também, no que se refere à possibilidade de que a Constituição sirva para satisfazer os objectivos aos quais ela mesma confessa se subordinar: aproximar a UE dos cidadãos e cidadãs, fortalecer o carácter democrático da União, acrescentar a sua capacidade de decisão, propiciar a sua actuação como uma voz coerente no cenário internacional e responder de maneira eficaz aos reptos derivados da globalização e a interdependência.<sup>iv</sup> Antes parece como se se estivesse a confirmar a intuição de C. Castoriadis: "Pesa muito a ilusão constitucional, a ideia de que é suficiente ter uma Constituição para que as coisas estejam em ordem".<sup>v</sup>

Também não se intui, enfim, que existam motivos sérios para aceitar o argumento de que a Constituição da UE é um primeiro passo que permitirá assumir outros posteriores chamados a provocar um destino saudável. Se, por um lado, o texto objecto da nossa atenção acarreta, sem mais, uma simples ratificação do já conhecido e não incorpora nenhuma dimensão de genuína revisão crítica de nada,<sup>vi</sup> pelo outro, o impulso orientado a introduzir novidades parece, como adiantamos, claramente travado. Alguém poderia perguntar-se, afirmado seja entre parêntese, porque este esquema dos pequenos passos na linha do progresso se invoca em relação à Constituição da União Europeia, ficando no esquecimento, porém, no que se refere às constituições dos diferentes Estados-nação. Para além disto, há que concordar por força com a afirmação de A. Cantaro que sugere que "é uma ilusão típica da ideologia europeia, mesmo da mais sinceramente euro-



*Nada convida a concluir que o eterno problema do défice democrático que a UE arrasta vai entrar em caminho de resolução da mão da Constituição*

peista e federalista, pensar que se pode dar vida a uma 'lei superior' sem introduzir no programa, de maneira explícita, a discussão sobre uma nova ordem social e política".<sup>vii</sup> Era de esperar que no seu preâmbulo uma Constituição se entregasse, em suma, ao exercício da auto-louvança. Limitemo-nos a mencionar que aquela entende, sem reboço, que "a Europa" é uma realidade vinculada com a "igualdade das pessoas, a liberdade e o respeito da razão", que tem permitido o enraizamento do "lugar primordial da pessoa e dos seus direitos invioláveis e inalienáveis, assim como o respeito do direito", e que está chamada a avançar "pelo caminho da civilização, o progresso e prosperidade" (art. 5)...<sup>viii</sup>

### Misérias da Convenção

Nada convida a concluir que o eterno problema do défice democrático que a UE arrasta vai entrar em caminho de resolução da mão da Constituição. E isto tanto mais quanto esta -sem povo, sem nação e sem Estado por baixo- mostra um vazio de legitimação que é obrigado preencher com o concurso de meios -o direito dos tratados, os direitos fundamentais, a jurisdição, a administração, os expertos...- que pouca relação mantêm, em si mesmos, com a prática vital da democracia.<sup>ix</sup> A dimensão da tara mencionada em modo nenhum se vê rebaixada pelo

### Mostra um vazio de legitimação que é obrigado preencher com o concurso de meios que pouca relação mantêm, em si mesmos, com a prática vital da democracia

facto de que os trabalhos da Convenção encarregada de elaborar a Constituição se desenvolvessem segundo critérios formalmente abertos. E é que a Convenção em questão exibiu fendas inquietantes:<sup>x</sup> os seus membros foram cooptados e não são, portanto, o produto da eleição popular, de tal maneira que a Constituição não nasceu de nada que lembre uma assembleia constituinte. Na cúpula da Convenção operou, por outra parte, um grupo de notáveis que, encabeçado por V. Giscard d'Estaing, assumiu funções executivas aos olhos de muitos e muitas visivelmente excessivas.<sup>xi</sup> As tarefas, amiúde opacas, ficaram longe do conhecimento da maioria dos cidadãos e cidadãs, e o resultado não foi outro que um texto redigido numa língua quase sempre incom-

preensível.<sup>xii</sup> Por se pouco fosse, e nos factos, na Convenção só estiveram presentes pessoas próximas das forças conservadoras, liberais e social-democratas que são maioria nas instituições europeias.<sup>xiii</sup> Não se esqueça que no caso do Estado espanhol só participaram na Convenção representantes dos partidos popular e socialista.

Noutro terreno, sublinhar-se-á que o fortalecimento do papel do Conselho e do seu presidente, inserido no núcleo da Constituição, acarreta uma ratificação paralela das capacidades dos governos em detrimento de outras instâncias.<sup>xiv</sup> A própria disputa sobre as maiorias, e as possibilidades de veto, no Conselho da UE ilustra algo que não deve passar inadvertido: nessa instância, de grande importância, não se percebe o eco da eleição popular no âmbito próprio da UE. Haverão de ser, antes pelo contrário, os governos dos Estados os que fiquem com a totalidade dos votos correspondentes a estes últimos, algo que, com certeza, e por demais, reduzirá significativamente a representação das ideologias. Não deixa de ser significativo que forças políticas de corte diferente procurem manter quotas de poder para os seus Estados, e receiem em paralelo da conveniência de fortalecer, até onde for possível, as suas opções ideológicas.

### Manter o défice democrático

Quanto aos problemas que em matéria de qualidade democrática se manifestam no detalhe da Constituição, nada melhor que invocar a análise desenvolvida por Demopunk com o título de "Crítica ao Processo Constituinte Europeu". Neste texto afirma-se o seguinte: "No cimo da autocracia situa-se o Conselho, uma espécie de deputação permanente do tratado de Versalhes. O representante espanhol é o monarca, ainda que por complicadas e desconhecidas razões de Estado delegue no presidente do Governo. O Conselho nomeia o presidente da Comissão, que pela primeira vez deve ser ratificado pelo Parlamento. Reserva-se a iniciativa à emenda constituicio-



O Parlamento não desfruta da iniciativa legislativa não nomeia nem ratifica individualmente os comissários, o ministro de Negócios Estrangeiros da UE, os juizes do Tribunal Judicial, a direcção do Banco Central nem os membros do Tribunal de Contas.

nal, as principais decisões de política exterior e defesa, e mesmo a capacidade legislativa em procedimentos especiais."

"O denominado Conselho de Ministros é uma instituição polimórfica, com membros que podem variar, nomeados discricionariamente pelos governos (na Espanha sem ratificação parlamentar). É a instância de transmissão dos poderes executivos nacionais: uma espécie de poder executivo que voa. Dispõe de umas nada comuns atribuições, particularmente no âmbito legislativo."

"A função executiva mais estável realiza-a a Comissão Europeia. Encarregada da elaboração de leis e regulamentos, da execução de resoluções e da inspecção, representa juridicamente a UE nos Estados membros e no resto do mundo. Talvez o seu poder mais notável é o que se deriva do facto de que dispõe em exclusiva da iniciativa legislativa."

"Outras instituições presentes no rascunho constitucional são o Banco Central Europeu e as máximas instâncias judiciais: o Tribunal Judicial, que assume o papel de tribunal constitucional, e o Supremo Tribunal. Os seus membros são nomeados discricionariamente pelos governos sem ratificação parlamentar (art. I-28.2 e art. III-84.2)."

"O Parlamento é a única instituição eleita do regime europeu. Como novidade, ratifica a nomeação do presidente da Comissão (art. I-19.1)

**Estamos diante de uma genuína Constituição ou perante um híbrido entre uma Constituição e um simples tratado? Que modalidade de texto político-legal é este que nasce sem um povo, uma nação e um Estado que lhe confirmam sentido? Qual está chamado a ser o produto final: uma confederação, uma federação, um Estado com vocação unitária, uma fórmula de governo transnacional...?**

e, se bem que possa exercer a moção de censura colectiva sobre esta (art. I-25.5 e art. III-243), não pode fazê-lo individualmente sobre os seus membros. A iniciativa correspondente a esta moção não está regulada. A função legislativa apresenta taras incríveis: carece da iniciativa legislativa,

reservada em exclusiva à Comissão, e, ainda, partilha o procedimento ordinário com o Conselho de Ministros (art. I-33.1 e art. III-302), de forma que uma lei não pode ser aprovada sem a autorização de ambas as instituições. Esta incrível paridade não é exactamente simétrica, uma vez que o Conselho de Ministros aprova solitariamente muitos regulamentos e decisões europeias (art. III-334), legislação menor de carácter obrigatório em muitos casos. O raquítico papel do Parlamento situa-o quase no papel de instituição comparsa."

"O papel mencionado vê-se mais claramente se considerarmos aquilo que o Parlamento não pode fazer: não desfruta da iniciativa legislativa (art. I-25.2); tem que dirigir-se à Comissão para apresentar uma iniciativa dessa natureza (art. III-234); não nomeia, só ratifica, o presidente da Comissão (art. I-19.1); não nomeia nem ratifica individualmente os comissários (art. I-26.2), o ministro de Negócios Estrangeiros da UE (art. I-26.2), os juizes do Tribunal Judicial (art. I-28.2), a direcção do Banco Central (art. III-84.2) nem os membros do Tribunal de Contas (art. I-30.3); não decide a composição do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social (art. I-31.5, art. III-295); não tem competência efectiva em assuntos de política exterior e de defesa (art. I-39.6 e art. I-40.8); não dita os regulamentos sobre a competência (art. III-52), sobre a relação entre a

administração e as entidades financeiras (art. III-74.2), sobre os créditos dos bancos centrais (art. III-75.2), sobre os aspectos técnicos monetários (art. III-78.2) e sobre as matérias agrícola e piscatória (art. III-126.1 e art. III-127.3); não elabora nem inspeciona o projecto de orientações económicas (art. III-71) nem o de orientações sobre emprego (art. III-102); não aprova a vigilância e as sanções sobre desvios do défice (art. III-76), nem a lei de controlo deste (art. III-76.13); não pode modificar os estatutos do Banco Central (art. III-79); não tem competência efectiva em leis sobre política social (art. III-104.3) e política ambiental (art. III-130), nem legisla sobre os procedimentos (art. III-178) e a cooperação policial (art. III-176.3); estão indefinidos os termos de controlo parlamentar desta última (art. III-177.2); não tem competências em caso de intervenção militar no exterior (art. III-210), no terreno da investigação militar (art. III-212), no da autorização de acordos comerciais com outros Estados (art. III-217 e art. III-227) e no da ruptura de relações económicas e financeiras por motivos militares (art. III-224); não autoriza em caso nenhum o início das negociações de acordos internacionais (art. III-227); não é competente para activar a denominada cláusula de solidariedade (art. III-231.1); as suas comissões de investigação são inoperantes, não estão protegidas pelo juramento e acabam num simples relatório (art. III-235); não ratifica os representantes permanentes do Conselho de Ministros (art. III-247); não é competente para regular o acesso do Tribunal de Contas ao Banco de Investimentos (art. III-290.3), para aprovar o regulamento do Tribunal de Contas (art. III-290.4), para modificar o estatuto do Banco de Investimentos (art. III-299), para fixar os salários e pensões dos cargos da UE (art. III-306), para autorizar cooperações reforçadas em matéria de defesa ou de política exterior (art. III-325.2), para autorizar que uma cooperação reforçada desfrute de financiamento do orçamento comunitário (art. III-327) nem para fixar o regime linguístico das instituições (art. III-339)".<sup>xvii</sup>

O informe de Demopunk agrega que, por omissão, a Constituição da UE proíbe formas de iniciativa popular como é o caso das relativas à ratificação de leis e tratados, à

derrogação de umas e outros, e à revogação de cargos públicos. Não só isso: o referendo com resultados vinculatórios é proibido. A Constituição, por outras palavras, pouco ou nada faz para pôr em dia os direitos de cidadãos e cidadãs, mas consente, porém, fórmulas de pressão que nada têm de democráticas.

Não parece que o panorama descrito esvazie, como resultado da aplicação efectiva da Constituição, pela aparição do que algumas autoras e autores, como Jürgen Habermas, estão a chamar "esfera pública europeia".<sup>xix</sup> Nada indica, em particular, que vão aparecer partidos, sindicatos e organizações sociais com âmbito de acção próprio da UE, e não dos Estados-nação ou de umas ou outras partes destes. Damos parte de razão, pelo contrário, a Joseph Weiler quando afirma que o que os cidadãos e as cidadãs europeias precisam é as cidadãs e não mais direitos.<sup>xx</sup>

Continua no próximo número

NOTAS

- i. M. Fioravanti, "Un ibrido fra 'Trattato' e 'Costituzione'", in E. Paciotti (dir.), La Costituzione europea. Luci e ombre (Meltemi, Roma, 2003), págs. 17-27.
- ii. Cit. in A. Manzella, "Agnizione e innovazione: nascita di una Costituzione", in Paciotti, op. cit., pág. 29.
- iii. M. Poires Maduro, "Europe and the constitution: what if this is as good as it gets?", in J.H.H. Weiler e M. Wind, European constitutionalism beyond the state (Cambridge University, Cambridge, 2003), pág. 81 e ss.
- iv. A. Cantaro, Europa sovrana (Dedalo, Bari, 2003), pág. 19.
- v. Ibidem, pág. 21.
- vi. P. Barcellona, "Prefazione", in Cantaro, op. cit., pág. 7.
- vii. E. Paciotti, "Introduzione", in Paciotti, op. cit., pág. 8.
- viii. Cit. in X. Pedrol e G. Pisarello, La Constitución furtiva (Icaria, Barcelona, 2004), pág. 15.
- ix. Ibidem, pág. 24.
- x. A. Cantaro, "La Europa social y la Constitución 'virtual' de la Unión Europea", in X. Pedrol e G. Pisarello, La ilusión constitucional (El viejo topo, Barcelona, 2004), pág. 41.
- xi. Ver [http://www.europa.eu.int/futurum/constitution/index\\_es.htm](http://www.europa.eu.int/futurum/constitution/index_es.htm).
- xii. Cantaro, Europa sovrana, op. cit., pág. 72.
- xiii. Ver "Crítica al proceso Constituyente Europeo", in [www.demopunk.net/sp/intern/europe/pcon\\_euro01\\_sp.html](http://www.demopunk.net/sp/intern/europe/pcon_euro01_sp.html).
- xiv. Pedrol e Pisarello, La Constitución furtiva, op. cit., pág. 34.
- xv. D. Capezzano, Euroghost. Un fantasma s'aggira per l'Europa: l'Europa (Rubbettino, s.l., 2004), págs. 13-14.
- xvi. L. Vinci, Sinistra alternativa e costruzione europea (Punto Rosso, Milão, 2004), págs. 100-101.
- xvii. Como quer que o Conselho de Ministros partilha o poder executivo com a Comissão e com o Conselho, o seu é que se revele problemas severos nas suas funções respectivas. Ver M. Luciani, "Complettà della struttura istituzionale", in Paciotti, op. cit., pág. 62.
- xviii. "Crítica al proceso...", op. cit.
- xix. G. Napolitano, "Democrazia sovranazionale", in Paciotti, op. cit., pág. 69.
- xx. In Cantaro, Europa sovrana, op. cit., pág. 122.

## Venezuela, umha nova esperança

Por J. Alberte Corral Iglesias

Muito poderíamos escrever sobre a actual Venezuela, mas para compreendermos a curta história da V República Bolivariana, acho imprescindível tratar certos aspectos da mesma:

A energia é o bem de bens. Sem ela nom pode existir nem actividade económica nem a sociedade de consumo tal como hoje se conhece nos Estados metropolitanos dominantes do planeta. Em consequência, estes Estados estão obrigados a exercer o seu poder militar e político para controlarem as fontes primárias da energia.

A guerra é um dos mecanismos para levar a cabo este domínio. Ora bem, a guerra hoje tem diferentes intensidades e existem diferentes maneiras de levá-las a cabo. As chamadas, por estrategistas militares, guerras de quarta geração ou guerras modernas têm entre os seus vários vectores dous especialmente salientáveis: o uso dos media como ferramenta para a guerra psicológica e a inexistência de lindes entre a guerra e a paz. Assim, as actividades civis e militares ficam diluídas. Pois bem, todos estes elementos operam na contra-revolução venezuelana, propiciada pola embaixada norte-americana em Caracas, tendo sido o anterior embaixador, Shapiro, um verdadeiro experto em guerra suja.

Neste jogo mortal devemos incluir tanto o atentado contra o fiscal Danilo Anderson, responsável pola investigação do Golpe de Estado de 12 de Abril, como o assassinato de seis militares e umha engenheira de PDVSA na raia colombiana, sem esquecermos o



O Presidente Chavez no funeral do fiscal Danilo Anderson em Caracas

assassinio de mais de oitenta líderes camponeses vitimados polos pistoleiros pagos pola oligarquia agrária. Aguardamos que a resposta da V República venezuelana, prometida polo Presidente, seja contundente, para assim nom ficarem impunes estes massacres, já que se espera um incremento das açõs terroristas depois do fracasso de Rumsfeld e Uribe, em Quito, que tentavam criar um corpo de exército latino-americano para combaterem as forças guerrilheiras colombianas.

Depois do Referendo Revogatório de 15 de Agosto, 59% de votantes afirmou a continuidade do Presidente Chávez e nos arrabaldes populares esta porcentagem superou 70%. Quando este resultado foi assumido polos organismos internacionais o Cardeal venezuelano, Rosálio Castillo Lara, ex-membro da cúria romana, ousou injuriar e difamar o povo humilde com esta mentira: "Davam 60 dólares às pessoas pobres para que votassem no

Presidente", e continuou a bufar lume ideológico golpista. Eis de novo a macabra simbiose de interesses na América Latina entre o Estado Vaticano e os Estados Unidos da América do Norte contra toda a açõn emancipadora das classes populares e do povo no seu conjunto, como já antes tinha acontecido no Chile, na Argentina, na Nicarágua, no Peru, etc. Após as eleições daquele domingo 31 de Outubro, o povo venezuelano mostrou de novo a sua vontade de mudar tudo aquilo que cheirasse à IV República, que é o mesmo que dizer corrupção e engano que perdurárom durante meio século. Vinte das vinte e duas Governações e a Alcaldia Maior de Caracas fõrom ganhas polos candidatos apoiados polo "chavismo", e a estes devemos acrescentar duzentas e setenta alcaldias das trezentas e trinta e quatro que compõem Venezuela. Esta grande vitória das classes populares venezuelanas foi possível graças às organizações vicinais, que conseguí-

rom derrotar os meios de comunicação privados fazendo umha política ao pé das necessidades reais, tangíveis e políticas dos moradores e moradores dos bairros mais carenciados.

Do outro lado, nesta guerra permanente, a luta psicológica tem umha importância fulcral como factor da estratégia militar. Toda a guerra tem como objectivo final o controlo dos recursos do país. Para isto seria preciso mudar a conduta da população e lograr o seu alinhamento com a oligarquia. A mudança dos três componentes da atitude: o intelectual (o que se pensa de alguma cousa), o emocional (o que se sente de alguma cousa) e a conduta (o que se fai com respeito a alguma cousa) seria imprescindível para obter esse resultado. As operações psicológicas estão planificadas e dirigidas tanto à gente amiga ou inimiga como aos órgãos decisórios do país, para influírem nas suas atitudes e condutas. Há anos que os meios de comunicação privados na Venezuela tentam criar umha atitude de rejeitamento face ao Presidente e à Revolução Bolivariana através da implantação de ideias com a técnica de alagar o discernir da cidadania, repetindo as consignas até esmagar a lucidez das pessoas: «Chávez é um assassino», «Chávez é castro-comunista» (componente intelectual); associando a imagem de Chávez com cenas nojentas de forma a gerar umha resposta condicionada de desprezo diante de qualquer representação presidencial (componente emocional). Os meios de comunicação dirigem a conduta de parte da população (componente condutiva) com

convites para fazer "trancazos", "guarimbos", etc. Felizmente, por enquanto, estes mecanismos nom têm conseguido derrubar a Revolução venezuelana. Ora bem, nem tudo é vitória no Processo Bolivariano: a corrupção, a ineficiência e a sabotagem estão presentes no porta-aviões –assim denomina o analista político Aram Ahoromian o processo chavista. Muitas pessoas subiram nele sem conhecerem bem o rumo e agora tentam desviá-lo. E de facto podemos afirmar que excepto a derrota política dos "amos do vale", a história encontra-se trancada na Venezuela. Os salários som pequenos. Ter ou nom ter trabalho depende da vontade de contratação por parte do patronato, como em qualquer outro país, e este mesmo patronato hoje está a ter benefícios como havia muito tempo nom arrecadava. E por cima nom existe um sistema fiscal eficaz e progressivo. No entanto, é verdade que existe um incremento das rendas nom monetárias nas classes trabalhadoras: Escolas Bolivarianas, Unidades Sanitárias, Planos de Alfabetização e de Aprendizagem de Ofícios, Refeitórios Populares e Mercados Populares –onde os produtos básicos som a baixo preço. Estas iniciativas constituem um aumento de bem-estar como nunca antes tinham conhecido estas classes populares: eis o cerne do apoio a esta Revolução que objectivamente as beneficia. Fique claro, nom obstante, que o importante é levar a cabo a consigna dada polo próprio Chávez: «se quizermos findar com a pobreza, demos o poder aos pobres».

## O Pelourinho do Novas

### A Autoridade Portuária de Marim contra o Galego

No início do ano que está a acabar, o Colectivo Nacionalista remeteu um pedido à Autoridade Portuária de Marim, expondo os nossos argumentos para que tanto a rotulagem do porto como a comunicação interna e externa das instalações do mesmo se fizesse em galego. A resposta que recebemos nom foi a esperada, já que, com o pretexto de pertencer à Administração Geral do Estado, a presidenta da Autoridade Portuária recusou-se a atender o nossa reclamação. Isto nom conseguiu que o Colectivo Nacionalista desanimasse, e logo voltamos a dirigir outra reclamação com mais e novos argumentos. Ainda nom obtivemos resposta, mas, segundo se pode ver no porto, as nossas reivindicações nom estão a ter sucesso. Antes polo contrário, agora, nom só a rotulagem externa do porto se encontra em espanhol, mas também toda a nova sinalização, estando totalmente ausente a nossa

língua. O galego nom é, como há quem diga, umha língua minoritária, mas minorizada polo trato que recebe de diversos estamentos sociais, instituições públicas e meios de comunicação, que em vez de respeitarem o que dizem as leis, promovendo o uso do galego em todos os planos da vida pública, cultural e informativa, desprezam o seu uso, deixando fora de jogo milhares de falantes. Quando estamos a ver, ultimamente, os passos que está a dar o governo do Estado para o reconhecimento oficial na UE do galego, do basco e do catalão, os seus companheiros de partido em Marim, apesar do pedido remetido à Câmara Municipal polo nosso colectivo, nom fam nada para mudar esta situação, apesar de figurarem no conselho da Autoridade Portuária. Isto só nos pode fazer pensar numha atitude hipócrita por parte do PSOE, que para fora fai umha cousa e dentro fai outra diferente. O presidente da

Junta da Galiza, o dinossauro Fraga, dixo recentemente que a Europa pareceria a Torre de Babel se chegasse a se reconhecer oficialmente o galego na UE. Já dizia Castela, no "Sempre em Galiza" que a Torre de Babel nom tinha sido nenhum castigo, mas todo o contrário, já que a variedade de culturas, línguas e de maneiras de viver e pensar som modos de superação para criar civilizações cada vez melhores. Acrescentava Castela que só os burros continuam a falar ainda o idioma universal. Do Colectivo Nacionalista de Marim, pedimos e continuaremos a pedir que o galego, como língua da nossa terra, seja respeitada, sendo portanto usada por todas as administrações publicas na Galiza, sem nenhum tipo de discriminação com respeito ao castelha- no.

Francisco Currás Domínguez  
(Marim)

### O boicote ao monólito da constituição

Quanto à polémica gerada em Ponte Vedra, por causa do boicote ao monólito dedicado à Constituição Espanhola em Campo Longo no passado dia seis de Dezembro, a Assembleia da Mocidade Independentista quer manifestar o seguinte: 1.- O Povo Galego nom referendou em 1978 essa Constituição, praticando umha abstenção de mais de 50%, que, junto com os votos contrários, a torna ilegítima no nosso território. 2.- Espanha nom respeitou esta decisão, e recusa a nossa soberania exercendo a violência, mediante o

constante e sistemático espólio dos nossos recursos e a custa dos nossos direitos colectivos. 3.- Sendo assim, consideramos que a homenagem que esse monumento tributa à Constituição na nossa cidade é umha gravíssima ofensa ao nosso povo e à sua livre decisão. 4.- Por todos estes motivos, exigimos à Câmara de Ponte Vedra a imediata retirada do monólito da Praça em que actualmente se encontra desde 1988.

Xiana Gomes  
(Responsável Comarcal AMI  
Ponte Vedra)



# entrevista

## Miguel A. Fernández Lores: “O governo municipal nom vai permitir que ENCE continue em Ponte Vedra.”

*Miguel Anxo Fernández Lores (BNG) é o único presidente autárquico nacionalista das grandes cidades galegas que repetiu mandato. Perante as críticas de demasiada ortodoxia, manteve unha imagem do goberno que parece que a cidadanía soubo entender e valorizar. Sem ter participado em processions, coroações de rainhas de festas nem touradas, fixo mudar de forma significativa o entorno urbanístico da cidade, salientando a pedonalização do casco velho ou a promoción económica da mesma. NOVAS DA GALIZA falou com ele da pugna que está a manter com ENCE para lograr que a empresa deixe definitivamente o entorno da ria em que ainda está situada*

Alonso Vidal

**ENCE está empenhada em manter-se em Ponte Vedra, mesmo ampliando o complexo industrial, se a Cámara Municipal lhe der a licençaa...**

O Governo municipal nom vai permiti-lo, como tampouco o permitirá a lei de costas. Isto há de ficar claro. A nom ser que ignorem absolutamente toda a legalidade, e já nom seria a primeira vez. Mas do ponto de vista legal, nom será com a licençaa da Cámara que ENCE permaneça ali. O limite é 2018. A soluçom passa por sentar-se e falar, a empresa com a própria Cámara e com a mediaçom da Junta, para procurarmos unha alternativa, com unha nova localizaçom, nova tecnologia, num novo espaço industrial que seria preciso encontrarmos para se manter a actividade industrial e os empregos. Nós somos a favor de que Ponte Vedra seja um pólo tecnológico florestal. Aquí é a Missom Biológica, a Estaçom Fitopatológica, a Escola de Capacitaçom Florestal, o próprio centro de investigaçom de ENCE, TAFISA, Eucaliptos de Ponte Vedra... Assim sendo, seria natural termos na comarca unha instalaçom industrial que tirasse proveito deste ciclo produtivo. Nós defendemos, evidentemente, a diversificaçom dos usos do monte. Temos unha base florestal importantíssima e devemos evitar o monocultivo: cumpre diversificá-la. Porém, é evidente que na Galiza temos, como também no norte de Portugal, unha produçom importante de eucalipto, que fornece unha pasta de papel de enorme qualidade, tornando-se economicamente rentável para a exportaçom, e é óbvio que temos que aproveitá-la. Mas nom pode ser á custa de estragar unha ria, um espaço natural único no mundo.

**O goberno municipal propom unha localizaçom alternativa?**

No concelho de Ponte Vedra é difícil, com certeza, porque está a ocupar 500.000 metros quadrados. E neste momento nom dispomos de 300.000 que podam ser catalogados como solo industrial. Isto depende da administraçom autonómica, que é a encarregada da organizaçom do território e da catalogaçom de polígonos industriais. Mas o problema é que a empresa se

recusa rotundamente a falar de transferencia. Agora están a lutar por se manterem aí, por incrementarem a produçom no mesmo sitio; apresentam a papelera como aval, dizendo que criam quatro postos de trabalho, e assim tentam consolidar o complexo nesse lugar. A questom da papelera é um engano, atrás do qual se encontra apenas a duplicaçom da produçom de pasta, para passar de 350.000 t a 750.000 t por ano

**Neste braço-de-ferro com o goberno municipal, quais as manobras da empresa?**

A empresa e o PP tentárom, num primeiro momento, deitar abaixo o goberno municipal, antes das eleicoes. Nós estávamos relativamente confiantes nos resultados eleitorais, conforme aos inquéritos de que dispúnhamos, fruto dos trabalhos de melhoramento urbanístico da cidade, de dinamizaçom económica, de coesom social e de pedonalizaçom. A empresa fixo unha enorme campanha oculta para tentar tombar o goberno. E já tinham preparado o ardid da supramunicipalidade por se nom conseguiram derrubar-nos eleitoralmente. Nós mantivemo-nos no poder, e aos quinze dias promulgárom o decreto. Houvo um pacto claríssimo entre ENCE e o PP, Caixa Galiza, Méndez, Fraga e Rajoi: Caixa Galiza compraria ENCE na hora da privatizaçom, mas com a garantia de que o projecto continuaria. Mas afinal acabárom por perder também o goberno de Madrid, e agora os seus planos tomárom-se mais complicados. A soluçom, com certeza, nom será pressionar o goberno local. Tentárom contornar a nossa posiçom clara através da declaraçom das suas actividades como supramunicipais. A sua ideia era a seguinte: declarada a supramunicipalidade, enquanto a Cámara recorria da decisom, com a demora habitual destes processos, ENCE consolidava as obras de ampliaçom. Assim, daqui a dez anos a obra estaria acabada e nós teríamos que aceitá-la. Mas podem declarar o que quiserem, porque vamos paralisar todo o tipo de obras. Portanto, se mexerem unha pá, paralisamos a obra e acabou a conversa. E se nom quizerem parar, metemos a força pública da Cámara e do Estado para que seja respeitada a ordem de paralisaçom.

**Diz que ENCE conta exclusivamente com o apoio do PP e da Junta. Mas também existírom mobilizaçom de trabalhadores afectados. Mesmo se produziu unha ocupaçom de unha assembleia municipal...**

Por enquanto, todas as mobilizaçom som dirigidas pola própria empresa. O facto de que haja uns senhores que se disponibilizam para fazer o trabalho sujo é outra cousa. Quando ocupárom o plenário havia trabalhadores de Norfol, mesmo de comarcas muito distantes, trabalhadores de Eucaliptos de Ponte Vedra, sediada em Ponte Caldelas, alguns de ENCE e, curiosamente, alguns de ELNOSA, por meio de algum sindicato ou seja lá o que for. Também havia camionistas e algum sucaiteiro. Ninguém pode acreditar que um sindicato mobilize autónomos do transporte. O comité de empresa é formado pola CIQ, UGT e CCOO, por esta ordem. Nesse dia a que te referes, nom apareçom trabalhadores de ENCE nem do comité de empresa. É a própria empresa que mobiliza um certo sector que se disponibiliza para fazer o trabalho sujo. E o PP está por detrás. Estám a seguir ordens de Fraga.

**O argumento da perda de empregos é o mais utilizado...**

Pois, mas é unha falácia. ENCE está a reduzir sistematicamente os postos de trabalho. Chegou a ter 400. Neste momento tem duzentos e sessenta. Por muitos que tenha induzidos, nem chega a mil. A papelera prometida suporiam mais noventa, fundamentalmente porque a Junta já lhes tem prometido ajuda para a instalaçom, e financeira estes empregos de nova criaçom. Mesmo assim, eu tenho a certeza que se trataria de trabalhadores reconvertidos da própria empresa que na actualidade estariam a trabalhar em situaçom precária. Entom repare-se: neste momento em Ponte Vedra temos 38.700 pessoas filiadas na segurança social, quer dizer, 49% da populaçom total do concelho. Dessas 38.700, apenas 260 trabalham em ENCE, que se encontra no lugar vigésimo sétimo entre as empresas que geram emprego no município. Dantes, aqui nom havia senom TAFISA e ENCE. Cada unha das causas da impossibilidade de cresci-



O Presidente da Cámara falou para NOVAS DA GALIZA sobre a polémica com ENCE.

mento físico e económico desta cidade. ENCE é um entrave, unha barreira, para o crescimento da cidade.

**Com que apoios conta neste conflito?**

O BNG mantém unha postura clara há muito tempo. Felizmente, o PSOE também está a manter unha posiçom coerente desde há uns anos a nível local. Em Madrid dixérom que a lei de costas vai ser aplicada, que nom é possível ampliar o prazo e que, evidentemente, nom vai ser concedida nenhuma licençaa de obra que nom tenha o aval do concelho de Ponte Vedra e do planeamento urbanístico. Fôrom concedidos trinta anos para a rentabilizaçom dos investimentos da empresa e este período finaliza no ano 2018. Eu aguardo que o ministério do ambiente e o goberno do Estado mantenham essa postura. Nós, por enquanto, nom deixaremos que nada se consolide.

**A cidadanía de Ponte Vedra acha-se dividida nesta questom como tem dado a entender, de algunha maneira, a imprensa?**

Nom temos dados suficientes, mas acho que a maioria social é claramente a favor da transferencia de ENCE. Esta maioria social, está representada na assembleia municipal polo BNG como primeira força política, e polo PSOE, como segunda. E digo isto porque ao concorrermos nas últimas eleicoes apresentamos aos eleitores e eleitoras unha postura clara quanto a esta problemática.

A maioria da cidadanía votou, conscientemente, para que ENCE nom continuasse aqui. As pessoas nom estão á espera de que eu me apresente nas processions e, menos ainda, de que eu apareça de braço dado com ENCE. Sabem que eu sou nacionalis-

ta e que defendo coerentemente o que penso. E, com certeza, esta Cámara nom aceita pressions de tipo urbanístico ou de promotoras. Quanto a ENCE, a cidadanía há de saber que vamos manter-nos coerentes, e esta é aposta maioritária também em Poio, Vila Boa ou Marim. O interesse na recuperaçom da ria e do espaço que ocupa ENCE já foi defendido publicamente numha reuniom de Presidentes autárquicos. É verdade que ENCE usa mecanismos de pressom. Nom nos enganemos, há sectores da direita reacccionária e da imprensa local que acabárom por utilizar qualquer cousa para conseguirem a claudicaçom do goberno municipal neste tema. Estám a tentar comprar vontades de todo o tipo, por exemplo financiando clubes desportivos sob unha condiçom que nom fica escrita mas é óbvia: derrubar este goberno.

**Que planos existem para os terrenos após o abandono de ENCE? Fala-se de unha zona urbana de transiçom entre Ponte Vedra e Marim...**

O primeiro plano passa polo abandono da zona de ENCE. Tenhem que ir-se embora, deixando o lugar nas condiçom em que estava quando o ocupárom. Depois, deveríamos procurar unha alternativa à autovia, que poderia ser a circunvalaçom para Marim. O nosso projecto é recuperar grande parte dessa marisma, para que o mar entre perfurando a autovia ou eliminando-a. A seguir, queremos reordenar o espaço, sempre de forma compatível com os usos de Costas, cultivos marinhos, logradouros, de lazer, com concessom pontuais.

Ainda está por estudar, mas em qualquer caso estamos a falar de recuperarmos espaços para usos públicos.

# portal galego da língua

## Criado grupo para a recepção de televisão e rádio portuguesa na Galiza

*A lista, de associação aberta, visa melhorar a comunicação entre a Galiza e Portugal*

PGL

A princípios de Dezembro foi criado um grupo de discussão que visa acabar com o isolamento mediático a que a Galiza está submetida a respeito de Portugal. A lista de correio tvsptnagaliza@yahoo-groups.com tenciona ser o primeiro passo na criação de uma Plataforma Galega Para a Recepção de Televisões e Rádios Portuguesas. Hoje, a única hipótese com que conta quem quiser ouvir rádio ou ver televisão portuguesa é viver nalgumas regiões fronteiriças ou recorrer ao uso de antenas parabólicas.

A recepção livre de televisão e rádio proveniente de um outro estado não é nada novo na Europa, apesar de o ser na Espanha. Por exemplo, nas regiões francófonas da Suíça ou da Bélgica recebe-se o sinal das emissoras francesas, reforçando assim o sentimento de unidade cultural e linguística. Também em grandes áreas de Portugal se pode ver a TVG, que, pelo contrário, reforça o sentimento de divisão cultural e linguística e



Sede da RTP em Lisboa

**Nas regiões francófonas da Suíça ou da Bélgica recebe-se o sinal das emissoras francesas, reforçando o sentimento de unidade linguística**

a imagem folclórica da Galiza. Além disso, a existência de meios de comunicação portugueses seria facilmente aceite pela população galega no seio de uma União Europeia e de uma Euro-região galaico-portuguesa. A lista é de associação aberta e todas as pessoas que estiverem interessadas em participar podem contactar-se enviando uma mensagem para tvsptnagaliza-subscribe@yahoogroups.com.

## Caixanova exclui galego do novo portal digital

A Mesa

Perante a notícia da estreia do portal de Internet de Caixanova ([www.caixanova.es](http://www.caixanova.es)), a "Mesa pola Normalización Lingüística" manifestou a sua indignação pola exclusão total do idioma galego nos conteúdos do mesmo. Neste sentido, A Mesa está a desenvolver uma campanha de galeguização da banca consistente em compilar dados de pessoal disposto a mudar o seu ordenado para as entidades que se comprometam a dar passos importantes na própria galeguização. A Mesa considera que com actuações como esta, Caixanova auto-exclui-se dos potenciais destinatários da bolsa de clientes.

## radioGaliza.net inicia emissoes regulares

*Até dez programas na primeira grelha de programação*

PGL

Desde o dia 19 de Novembro de 2004, a estação radioGaliza.net, cujas emissoes se realizam pola Internet, já está a emitir regularmente, encerrando o período de provas começado aquando do seu lançamento público, no passado dia 25 de Julho. Conforme informou o responsável pola grelha de programação desta estação radiofónica, Ricardo Cabanelas, a equipa de radioGaliza.net está realmente satisfeita pola qualidade e mesmo quantidade de programas que se vam emitir. «Cada um dos programas tem muito bom nível dentro da sua temática específica», manifestou Cabanelas, que acrescentou ainda

que "é muito significativo que já contemos com contributos contactados por meio do correio electrónico após o lançamento do projecto no Verão passado, como o magazine realizado polo grupo Olho". Cabanelas também deu a conhecer que a grelha de programação de madrugada está pensada para o Brasil e a das 8h00 da manhã para a primeira hora de Portugal. Segundo as informações fornecidas por Ricardo Cabanelas, os programas de produção própria som: o coquetel de propostas "Planeta dos Macacos", o magazine de temática galega "Olho com as ondas", sob a responsabilidade do grupo Olho, e o programa "Histórias mínimas", sob a direcção de Raquel Miragaia e Luz Castro.



A estação está em [www.radioGaliza.net](http://www.radioGaliza.net)

Ainda, a programação completa-se de parceria com Rádio Alhariz e os seguintes programas: O programa sem nome, O cartafolk, A veleta, Totus revolutum rock, Expresso 80, Totus revolutum e 262. A programação será preenchida também com a emissão de conferências e palestras que abrangem diversas temáticas.

## Primeiros passos para umha «escola em galego» na Galiza

Heitor

Os últimos inquéritos acerca do uso do galego mostram um claro retrocesso da língua, designadamente entre as camadas mais jovens da população. Som estas que, paradoxalmente, e de acordo com a legislação vigente, tenhem recebido ao menos parcialmente educação em galego. É por isso que há tempo que se estão a produzir diversas reflexões sobre a importância do ensino em galego-português na infância para o futuro da língua. Nom obstante, ainda nom tinha sido posta em andamento nenhuma iniciativa.

Levando isto em conta, um grupo de pessoas preocupadas por esta situação estão a trabalhar tentando reunir um grupo ainda mais amplo que se encarregaria de definir estratégias e, sobretudo, de levar a termo alguma iniciativa concreta neste âmbito. Até o momento presente, existe umha modesta página web de apresentação na url [www.sallent.comtenidos.com](http://www.sallent.comtenidos.com) onde as pessoas interessadas se poderão pôr em contacto com este grupo de trabalho, que também poderá ser contactado através do endereço de correio electrónico: [escolaemgalego@yahoo.com.br](mailto:escolaemgalego@yahoo.com.br)

## AGAL já tem grupo local na Límia

*Visam fortalecer os contactos com a vizinha comarca do Barroso*

PGL

No passado dia 7 de Dezembro constituiu-se oficialmente o grupo local da AGAL-Límia. O acto decorreu na sala de actos da Câmara Municipal de Vilar de Santos e contou com o apoio de José Manuel Barbosa, coordenador do grupo local de Ourense. Os assistentes resolveram que proximamente se irá eleger um coordenador geral e umha organização interna consistente em diversas comissões, entre elas umha económica e outra de formação, para instruir e dar a conhecer a quem o desejar a proposta da

norma AGAL mediante cursos de galego-português. Os e as galeguistas que acudiram ao encontro som amigos e amigas dos impulsionadores da AGAL na Límia, Borxa e André, que havia tempo que estavam a madurar a ideia da criação do grupo. A formação do grupo local da AGAL-Límia tem o intuito de se espalhar para além dos limites resolveram que proximamente se irá eleger um coordenador geral e umha organização interna consistente em diversas comissões, entre elas umha económica e outra de formação, para instruir e dar a conhecer a quem o desejar a proposta da

## A Gentalha do Pichel principia campanha pola restauração dos topónimos

PGL

A Comissom de língua da Gentalha do Pichel já editou o primeiro de umha série de mapas das diferentes áreas da comarca compostelana em que som recolhidos os topónimos dos concelhos, paróquias e lugares na sua grafia e forma histórica. Utilizando como fonte o TOPOGAL, a Gentalha do Pichel está a distribuir este material entre as instituições, associações culturais e vicinais da comarca. O fim é fomentar a utilização dos nomes correctos das diferentes localidades e consciencializar sobre a importância da utilização dos mesmos. O primeiro dos mapas é o correspondente ao Vale da Armaia (concelhos de Ames e Briom).

# música

# revista MURGUIA

**A nossa memória histórica também se escreve numha partitura**

*Pomos desta vez o nosso olhar sobre o último número de Murguia, Revista Galega de História, que abre o segundo ano de caminhada realizando un percurso através de diferentes aspectos da história da nossa música..*

**Davide Loimil**

Um novo número que destaca pola enorme riqueza gráfica (incluindo partituras e imagens inéditas), polo significativo avanço da capa a toda a cor, e pola acessibilidade dos textos, sem por isto ter descido o imprescindível rigor científico.

A aposta de Murguia na edição de un número monográfico destinado à recuperación da nossa memória histórica no terreno musical, salienta especialmente neste ano em que celebramos o centenário das primeiras gravações comerciais de que se tem notícia na Galiza. Uxio Bregóam, director da publicação, assinala neste sentido que “é com base na intenção última que Murguia tem de resgatar do esquecimento a nossa história, que nasce este monográfico. Neste caso, tomamos como data assinalada 1904, ano em que foi gravado no nosso País o primeiro disco musical, Aires d’a Terra”. A edição deste trabalho é precisamente a temática sobre a qual se debruça un dos artigos de investigação, assinado polo historiador e especialista na nossa música, Ramon Pinheiro Almuinha.

Outro dos conteúdos de maior interesse, incluído na epígrafe de «fontes», é un texto datado em 1874 da autoria de Teodósio Vesteiro Torres, un dos nossos compositores mais relevantes e com amplo reconhecimento

internacional. Originariamente publicado no diário ourensano Heraldo Gallego, aborda algumas questões de carácter teórico em torno da música tradicional da Galiza. O autor, natural de Vigo, emigra em 1870 para Madrid, onde acabou com a sua vida vítima de umha profunda depressão motivada polo péssimo trato recebido na capital espanhola. Dele resgatamos, como mostra do seu talento, estas palavras: “Quanto somos e fomos os galegos está indelevelmente estereotipado na nossa música popular”.

Também é possível achar artigos referentes a instrumentos da tradição galega, como o acordeom (num trabalho de Félix Castro), flauta ou violino (neste caso com umha aproximação biográfica de Manuel Quiroga, compositor de “Emigrantes Celtas”, formosa música que triunfou em Paris). Também a gaita-de-foles tem o seu espaço

**“Quanto somos e fomos os galegos está indelevelmente estereotipado na nossa música popular”**

da maó de Norberto Pablo Círio, argentino pertencente ao “Instituto Nacional de Musicología Carlos Vega” e membro da Fundação Jeito Novo de cultura galega.

No seu artigo explora a evolução da gaita-de-foles galega a partir da reprodução em pedra presente num capitel de Melide do século XI até a morfologia actual.

Ainda, reproduz-se na revista o clássico de Constantín Brailou, o estranho ritmo de aksak que poderíamos traduzir por flexível ou coxo, umha recensão do arquivo sonoro do Conselho da Cultura Galega, umha memória do conservatório de música tradicional e folk de Lalim e umha homenagem na secção “Lembranças” a Manuel Maria, un dos poetas mais musicados e recentemente falecido.

O número completa-se com un artigo de José Luis do Pico Orjais relativo a un cancionero de Valadares provavelmente inédito e com a entrevista aos antigos Fugam Os Ventos, hoje músicos d’A Quenlla, Xosé Luis Rivas Cruz (Mini) e Baldomero Iglesias (Mero).

Murguia, revista galega de história, contribui

membros do conservatório de música tradicional e folk de Lalim, de Ouvirmos S.L. e da própria revista Murguia.



Perfecto Feijóo 1919  
(Foto do Museu de Ponte Vedra)

com este trabalho para resgatar do esquecimento factos fundamentais em qualquer história nacional, mas em boa medida marginalizados no actual estado de cousas que padece a Galiza. O projecto é resultado da colaboração de

**ARTARRIA**  
*Journal*  
Rua Madalena, 31  
C.P. 15402 Ferrol  
GALIZA

**ALTO minho**  
associação cultural  
Rua Colares, nº18 - Apdo 289 Lago  
alminho@2lug.org www.2lug.com

**RENOVAÇÃO**  
COMUNICACIÓN GALEGA  
DA CULTURA  
Madrid

**16**  
**o-dezaseis**  
Casa de Xantar

Rua Noreas, 5  
Lago

## a entrevista | Luís Rei, coordenador da revista *Ardentia*

# “Interessam-nos as histórias humanas das pessoas que vivem ao redor dos barcos”

*A Federação Galega da Cultura Marítima e Fluvial (FGCMF), colectivo que reúne diferentes grupos da Galiza e do norte de Portugal, vem de editar Ardentia, revista especializada de divulgação desta temática. Falamos com Luís Rei, coordenador do projecto, que em vindouros números partilhará esta responsabilidade com Xavier Camba.*

Sole Rei

### Como surgiu o projecto de Ardentia?

A directiva da Federação decidiu que queria umha revista semestral. Antes estava a publicar-se umha em dous anos, cada vez que havia um encontro, mas eram ocasionais e a temática estava muito marcada polo lugar em que se realizasse esse encontro. O *Apupo*, polo seu carácter de boletim, nom cobria o âmbito de divulgação da cultura marítima como um suporte que se fizesse eco do que se estava a investigar e a trabalhar nesse âmbito. Porém, nom aspiramos a ser umha revista para engenheiros navais, interessam-nos muito mais as histórias de vida das pessoas que há ao redor desses barcos. A Federação decidiu também que o primeiro número tratasse do património imaterial, devido ao apoio que está a prestar ao projecto da Associação Cultural e Pedagógica «Ponte... nas Ondas» na UNESCO, para a 3ª proclamação das Obras Primas do Património Imaterial que terá lugar em 2005. Assim, encarregáram a coordenação a Xabier Camba e a mim. Camba, finalmente, nom pudo estar no primeiro número, mas participará nos vindouros, que se debruçarán sobre «os barcos e as gentes» e sobre o urbanismo no mar e nos rios.

### O vosso projecto tem umha temática muito especializada. Como prevedes a acolhida?

Neste primeiro número tivemos umha tiragem de mil exemplares, e nom prevemos, excepto em anos de encontro como o que vem, tiragens maiores. Pensamos que se nos mantivermos assim estará bem. Aguardamos que funcione mediante a assinatura entre as pessoas interessadas, mas como se trata de umha publicação da Federação, os colectivos que a comonhem também serán muito importantes. Apresentou-se em Carnota, Bueu, Ferrol, Viveiro, Guarda, Povoia de Varzim, Ilha e Aveiro, e a acolhida foi muito boa.

### A FGCMF tem muitas vinculações com outros colectivos similares do norte de Portugal. De onde vem esta relação?

Vem mesmo das origens. Um dos primeiros actos da Federação foi na Biblioteca Rosa Peixoto da Póvoa de Varzim; a colaboração com o João Baptista e com a Ivone Magalhães vem desde as primeiras concentrações, onde todos os anos há dous ou três barcos portugueses. Aliás, temos umha associação, Barcos do Norte, de Viana do Castelo, que também forma parte da Federação. É algo que vem do começo. Tanto é assim que o João Baptista é o vice-presidente. Nos encontros do ano que vem aguardamos que a presença de pessoas portuguesas seja mesmo forte.

### E onde é que se realizarán os próximos Encontros de Embarcações Tradicionais?

Fam-se cada dous anos e tenhem carácter itinerante. Os próximos som em Cambados, em Julho de 2005, e som muito ambiciosos, porque de facto tenhem a obrigação de sê-lo, já que estivéram a crescer ano após ano. Nos últimos houvo mais de cem barcos concentrados e três dias de festa. Tanto é assim que a revista *Chass-maré*, biblia mundial dos barcos antigos, já falou dos encontros da Ilha como “le petit Douarnenez”. Este ano aspiramos a ter, no mínimo, duzentos barcos, umhas jornadas de cultura marítima e um festival de artes cénicas: Musas do Mar.

### Retomando o tema das relações com Portugal, na revista aparecem textos com “grafia portuguesa”, tal e como tu mesmo a defines. Que opinas do reintegracionismo?

Nós nom modificamos, excepto por questions de estilo ou normas de edição, os textos de ninguém. Os textos com «grafia portuguesa», e defino-a assim e nom «português» porque penso que som o mesmo idioma, vam assim porque están escritos por portugueses ou portuguesas. Como coordenador nom penso ir mais além no



Luís Rei no Encontro de Embarcações Tradicionais de Douarnenez deste ano.

debate lingüístico. Tenho as minhas inclinações, mas nom vou manifestá-las. Por outro lado, é natural o emprego de um léxico próximo do português, já que tentamos fazer-nos entender em Portugal.

### A saída da revista calhou com os preparativos para o Encontro de Embarcações Tradicionais de Douarnenez, e por esse motivo todos os artigos levam umha recensão em francês. É a Bretanha um ponto de referência para a cultura marítima e fluvial?

É, claro. A Federação nasceu a imitar o modelo bretom, sem complexos. Era o modelo mais desenvolvido. Os encontros de Brest tenhem mais de um millhom de visitantes e os de Douarnenez tivérom este ano 300.000, para além de 2000 barcos, numha vila pequena, nom maior que

qualquer vila costeira da Galiza.

### Quanto à cultura imaterial a que se dedica este número... achas que é esse património o que define umha sociedade?

O património imaterial é todo o intangível da etnografia, da arte; é o idioma, o léxico, os mitos, as crenças, os ritos, a música, os costumes, as formas de transmissão de conhecimento... Deste ponto de vista, é claro que se trata da chave de umha cultura, de umha idiosincrasia, da essência de um povo, daquilo que é. Mas isto tampouco pode fazer-nos desprezar o outro património, o material, que por enquanto tinha sido o centro dos debates, porque neste terreno, a batalha também está longe de ser ganha. É preciso continuarmos a lutar para a conservação das embarcações tradicionais.

## Ópio

Kiko Neves

Nom som estranhos os vínculos entre o narcotráfico e o jogo. Nom há maneira mais fácil de aparvalhar o povo que oferecer-lhe, com muito bombo por certo, os milionários prémios da lotaria de Natal: impostos indirectos sobre os sonhos. E há mais. A ONCE (exacto: dos “cegos”); as «quinielas» essas, as do futebol esse; a «primitiva», «bonolotos», máquinas de bares e mil jeitos mais de narcotizar. Fluxos de dinheiro trapaceiros que som o motor da economia. As práticas do tal negócio acabam por inçar toda a mara? do capitalismo. O imperialismo é um acaso: a «pedrea» para uns poucos, contentes com as migalhas do sistema; o «reintegro» para alguns que calam e bem, tudo bem; e a maioria do povo, no entanto, só vê fugir os quartos. O «gordo», já se sabe, continua a engordar. Daquela, quer o Plano Galiza quer a Comissom de Tal ou Qual, tanto dá, som um bingo, onde políticos com manhas de croupieres estudam as melhores combinações para os seus beneficios.

Volto a Marx, ao alheamento, ao ópio do povo. A igreja, um falar, sabe bem do tema; ao jeito dos bares, em cada capela há umha «traga-perras»; nom som de CIRSA ou Franco, som Sam Breixo, Santa Maria ou a Nossa Senhora das Angústias. E os bancos, que jogam com o nosso dinheiro e trocam os poucos juros por prémios para nos tornar mais felizes, mais parvos, até ficarmos sem poupança, que é o momento em que começam a nos cobrar «reintegro» através dos empréstimos, hipotecas, abusos, ou como lhe quizerem chamar. Engenharia narcotraficante. Nom há armadilhas, tudo é jogo. Apostamos no vermelho e sempre sai negro. Ganha a banca.